

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - *CAMPUS* DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**A INTERDISCIPLINARIDADE DA BIOÉTICA**

**SELMA DALVA DE SOUZA**

**Cacoal-RO**  
**2007**

SELMA DALVA DE SOUZA

## **A INTERDISCIPLINARIDADE DA BIOÉTICA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharela em Direito sob orientação do professor especialista Silvério dos Santos Oliveira.

Cacoal – RO  
2007

---

Souza, S. D.

A interdisciplinaridade da bioética.

Vii, 68 f, enc.; 30 cm – 2007.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, 2007.

Bibliografia: f

I – Título

---

**SELMA DALVA DE SOUZA**

**A INTERDISCIPLINARIDADE DA BIOÉTICA**

**AVALIADORES**

Professor Esp. Silverio dos Santos Oliveira	- UNIR	Nota
---	--------	------

Professor (a)	- UNIR	Nota
---------------	--------	------

Professor (a)	- UNIR	Nota
---------------	--------	------

Média

Dedico este trabalho aos meus pais Joel Lopes e Laudicéia Silva pelo amor incondicional, ao meu esposo Marcos Leôncio Teixeira e a meus irmãos pela compreensão e gestos de ternura, aos meus amigos pelo carinho e apoio a mim dispensado.

Agradeço a Deus, minha razão de existir. Ao meu irmão Sérgio Lopes por acreditar nessa conquista. Ao professor especialista. Silverio dos Santos Oliveira pela compreensão nos momentos difíceis, aos meus amigos: Simone Pedraza, Flávio Correia, Clelton Felipe, Flávio Júnior, Renata Cássia, Gustavo Silva, Vanesca Rodrigues e José de Jesus por sempre me incentivarem em momentos de indecisão.

E a vida? E a vida o que é, diga lá, meu irmão?  
Ela é a batida de um coração?  
Ela é uma doce ilusão?  
Mas e a vida? Ela é maravida ou é sofrimento?  
Ela é alegria ou lamento?  
O que é? O que é, meu irmão?  
Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo.  
É uma gota, é um tempo que nem dá um segundo.  
Há quem fale que é um divino mistério profundo.  
É o sopro do criador, numa atitude repleta de amor.  
Você diz que é luta e prazer.  
Ele diz que a vida é viver.  
Ela diz que melhor é morrer.  
Pois amada não é, e o verbo é sofrer.  
Eu só sei que confio na moça.  
E na moça eu ponho a força da fé. Somos nós que fazemos  
a vida como der, ou poder, ou quiser.  
Sempre desejada, por mais que esteja errada. Ninguém  
quer a morte, só saúde e sorte.  
E a pergunta roda, e a cabeça agita.  
Eu fico com a pureza das respostas das crianças.  
É a vida! É bonita e é bonita!

(Gonzaguinha, o que é O que é)

## RESUMO

Souza, Selma Dalva. A INTERDISCIPLINARIDADE DA BIOÉTICA, 68 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2007.

O presente trabalho apresentará a bioética como uma disciplina multidisciplinar, pois muitas disciplinas estão envolvidas, e é interdisciplinar, porque as disciplinas implicadas interagem uma com as outras. Mostrará seus diversos conceitos, desde a definição de Van Rensselaer Potter, ao qual é atribuído, por muitos pesquisadores a origem do termo bioética. Verificar-se-á que não há unidade entre eles, mas semelhanças, pois a bioética é considerada uma disciplina nova e complexa. Serão apresentados também os fatores externos ( desenvolvimento técnico científico, a emergência dos direitos individuais, a modificação da relação médico-paciente e o pluralismo social ), e os fatores internos ( os deslizes da pesquisa biomédica ) que foram significativos na sua formação da bioética como disciplina. Evidenciar-se-á sua origem, a teoria principialista, assim como está dividida. Descrever-se-á sobre sua consolidação acadêmica e serão apresentadas as principais disciplinas implicadas, revelando a importância das mesmas para as indagações bioéticas. Além dos temas mais discutidos entre os especialistas envolvidos nesse campo.

**Palavras-chave:** Bioética. Interdisciplinaridade. Vida. Ética. Direito.



## ABSTRACT

Souza, Selma Dalva. A interdisciplinaridade da bioética, 68 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2007.

The present paper will present the bioethics as one multidiscipline disciplines to, therefore many disciplines are involved, and interdiscipline, because you discipline implieds interacts with the others. It will show the diverse concepts, since the definition of Vam Rensselaer Potter, which is attributed, for many researchers the origin of the bioethics term. It will be verified that does n't have unit between the consepts, but similarities, therefore the bioethics is considered one disciplines new and complex. The external factors (scientific technician development, the emergency of the individual rights, the modification of the relation doctor-patient and social pluralism) will also be presented, and the internal factors (the slips of the biomedical research) that they had been significant in the formation of the bioethics as disciplines. The origin, the principialista theory will be proven, as well as is divided. It will describe her academic consolidation and will be presented the main disciplines implied, disclosing the importance of the same ones for the bioethics investigations. Beyond the argued subjects more between the involved specialists in this area.

**key – Words:** Bioethics. Interdisciplinarity. Life. Ethics. Right.

## **LISTAS DE FIGURAS**

<b>Ilustração 1:</b> Origens e Caminhos da Bioética.....	41
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. O QUE É BIOÉTICA? .....</b>	<b>13</b>
<b>2. COMO SURTIU A BIOÉTICA .....</b>	<b>17</b>
<b>3. COMO SE DEU A CONSOLIDAÇÃO ACADÊMICA DA BIOÉTICA .....</b>	<b>24</b>
3.1 PRINCÍPIO DA AUTONOMIA .....	27
3.2 O PRINCÍPIO DA NÃO-MALEFICÊNCIA .....	28
3.3 O PRINCÍPIO DA BENEFICÊNCIA .....	29
3.4 OS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA .....	29
<b>4. EVOLUÇÃO DA BIOÉTICA .....</b>	<b>31</b>
<b>5. A MULTIDISCIPLINARIDADE E A BIOÉTICA .....</b>	<b>35</b>
<b>6. BIOÉTICA E A INTERDICPLINARIDADE .....</b>	<b>37</b>
6.1 EM QUE OS FILÓSOFOS E TEÓLOGOS PODEM CONTRIBUIR COM A BIOÉTICA .....	42
6.2 PORQUE OS MÉDICOS VETERINÁRIOS DEVEM SER CHAMADOS AO DEBATE BIOÉTICO? .....	44
6.3 A SOCIOLOGIA E A PSICOLOGIA DEVEM ENTRAR NO DEBATE BIOÉTICO? .....	45
6.4 OS CIENTISTAS, BIÓLOGOS E BOTÂNICOS TAMBÉM FORAM CHAMADOS ÀS REFLEXÕES BIOÉTICAS, POR QUÊ? .....	45
6.5 ECOLOGISTAS E AMBIENTALISTAS TÊM INTERESSE PELOS DISCURSOS DA BIOÉTICA? .....	47
6.6 ECONOMISTAS E ADMINISTRADORES PARTICIPAM DAS DISCUSSÕES BIOÉTICAS?.....	49

6.7 BIOÉTICA, BIOMEDICINA, ÉTICA MÉDICA E DA ENFERMAGEM .....	50
6.8 ÉTICA E DIREITO .....	51

## **7. O DIREITO E OS PRINCIPAIS TEMAS RELEVANTES PARA A**

<b>BIOÉTICA</b> .....	56
7.1 PESQUISA CIENTÍFICA .....	56
7.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	57
7.3 VIDA E SAÚDE .....	58
7.4 ABORTO .....	61
7.5 EUTANÁSIA .....	62
<b>CONCLUSÃO</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico é resultado de uma pesquisa intensa sobre o tema bioética. Um grande desafio, pois o conhecimento referente ao assunto fora adquirido por meio de literaturas e estudos extra-sala. A pesquisa foi gratificante, pois as descobertas e as surpresas se deram a cada obra lida.

Diferente do que muitos pensam, a bioética não é uma exclusividade biomédica. E para que o leitor possa compreender essa afirmação, este trabalho fora escrito com especial atenção a isso, a fim de que a clareza estivesse presente em todo o seu desenvolvimento.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os diversos conceitos sobre bioética, começando pela visão de Vam Rensselaer, um clássico, pois foi com ele que o termo se tornou conhecido entre os estudiosos e pesquisadores do assunto.

Serão mostrados, segundo a visão de Guy Durand, os fatores externos (desenvolvimento técnico e científico, a emergência dos direitos individuais, a modificação da relação médico-paciente, e o pluralismo social), e um dos fatores internos (os deslizes da pesquisa biomédica), que influenciaram as reflexões bioéticas.

Far-se-á menção aos princípios éticos do Relatório de Belmont e à teoria conhecida como Principlismo, analisando cada princípio que a compõe: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça.

Percorrer-se-á o caminho da bioética revelando sua evolução. Para esse trajeto, foram escolhidos os ensinamentos da sociologia americana, notadamente os de Renée C. Fox e Guy Durand, clássicos da literatura bioética.

Por fim, apresentar-se-ão os principais especialistas envolvidos com a bioética, a saber: filósofos, teólogos, eticistas, advogados, médicos, cientistas, biólogos, botânicos, veterinários, ecologistas e ambientalistas, com o propósito de se evidenciar que é a bioética uma disciplina multidisciplinar e interdisciplinar e, conseqüentemente, aberta às demais áreas do conhecimento, as quais, juntas, escrevem a história da bioética.

## 1. O QUE É BIOÉTICA?

Segundo José Roberto Goldim, a palavra bioética aparece em um artigo, datado no ano de 1927, que fora publicado no periódico alemão Kosmos, tendo como autor Fritz Jahr. A bioética foi caracterizada por ele como o reconhecimento de obrigações éticas com relação a todos os seres vivos<sup>1</sup>.

Os demais autores que escreveram sobre bioética, e serão mencionados no decorrer deste trabalho científico, atribuem historicamente a origem do termo bioética à obra de Vam Rensselaer Potter, publicada em 1970, no livro intitulado *Bioethics: a bridg to the future*, ou seja: Bioética: uma ponte para o futuro, obra em que ele a caracterizou como a ciência da sobrevivência<sup>2</sup>.

Não somente na Alemanha o termo bioética fora divulgado, mas paralelamente também nos Estados Unidos, com André Hellgers, o qual denominou os novos estudos apresentados sobre reprodução humana, revelando ser a bioética uma disciplina global. Em alguns países, é mais divulgada e discutida, em outros, menos<sup>3</sup>.

O prefixo bio significa vida, abrangendo assim todos os seres vivos. A preocupação não pode ser restrita à vida humana, pois o ser humano não é um ser independente de outras vidas. Para sua própria sobrevivência, é necessário que ele viva em harmonia com a natureza

---

<sup>1</sup> GOLDIM, José Roberto. **Bioética**: origens e complexidades. HCPA, Porto Alegre, 26.02. 2006. Disponível em: [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br). Acesso em: 10 ago. 2007, às 20hs..

<sup>2</sup> AGNOL, Darlei Dall'. **Bioética**: princípios morais e aplicações. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 13.

<sup>3</sup> GOLDIM, *op. cit.*

e cuide dela como de si mesmo, não uma natureza fragmentada, mas em sua totalidade: animais, plantas, solo, ar, água, tudo que integra a biodiversidade e o ecossistema.

Ética pode ser definida como “a realização de uma reflexão disciplinada das instituições morais e das escolhas morais que as pessoas fazem”<sup>4</sup>, ou seja, os seres humanos são dotados de capacidade para refletir sobre o seu próprio comportamento e poderá através de reflexões verificar se suas ações são adequadas ou não para um ser dotado de inteligência racional.

O termo “ético” que ajuda a compor o neologismo “bioética” não é simplesmente o saber da ética filosófica, mas o saber representado pela complexa nomenclatura que deu origem às chamadas “ciências humanas ou ciências do espírito”.<sup>5</sup>

Definir um conceito para Bioética é complexo e os autores que escrevem sobre o assunto justificam essa dificuldade por ser a Bioética uma disciplina nova e também por ser discutida interdisciplinarmente. Sendo assim, faz-se necessário apresentar os diversos conceitos sobre a disciplina.

José de Souza Fernandes leciona que “o conceito de bioética ainda se encontra em fase de formação crítica, bem como ainda é um conceito muito controverso entre os bioeticistas”.<sup>6</sup>

Para Vam Rensselaer Potter, “A Bioética é uma ética da sobrevivência, ou melhor, a ética da vida e do ser vivo, que abrange toda a reflexão ecológica incluindo os problemas de superpopulação”.<sup>7</sup>

Le Roy Walters ensina que “A bioética é o Ramo da ética aplicada que estuda as práticas e o desenvolvimento no campo bioético”.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> GOLDIM, José Roberto. **Bioética: origens e complexidades**. HCPA, Porto Alegre, 26.02.2006. Disponível em: [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br). Acesso em: 10 ago. 2007, às 20hs.

<sup>5</sup> NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de (coords.) et al. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 20.

<sup>6</sup> NAVES; SÁ (coords.), *op. cit.*, p. 21.

<sup>7</sup> POTTER, Vam Rensselaer *apud* DURAND Guy. **Introdução geral a bioética – história, conceitos e instrumentos**. São Paulo: São Camilo, p. 96.

<sup>8</sup> WALTERS, Lê Roy *apud* DURAND, Guy, *op. cit.*, p. 97.



Segundo Warrem T. Reich, “Pode-se definir a bioética como o estudo sistemático do comportamento humano no domínio das ciências da vida e dos tratamentos de saúde, na medida em que se examina esse comportamento à luz dos valores morais e dos princípios.”<sup>9</sup>

Jocelyne Saint-Arnaud afirma:

Em sentido restrito, a bioética é sinônimo de ética biomédica. É uma reflexão sobre os problemas de ordem ética suscitados pela aplicação das novas tecnologias biomédicas. Essa reflexão comporta dois aspectos, em razão do objetivo visado: determinar o comportamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas em relação ao caso de um indivíduo, por um lado, e determinar as regras de comportamento que terão um impacto sobre o conjunto da sociedade, por outro<sup>10</sup>.

David J. Roy escreve:

A bioética é, pois, uma forma de ética, e essa ética, no sentido em que a entendemos aqui, consiste em elaborar juízos, em formular compromissos, diretrizes e políticas indispensáveis em uma sociedade pluralista, quando indivíduos ou grupos se enfrentam em questões referentes à medicina ou às ciências da vida. É nesse sentido que a bioética é uma forma de ética<sup>11</sup>.

Gilbert Hottois divulga:

A palavra bioética designa um conjunto de pesquisas, de discursos e de práticas geralmente pluridisciplinares que tem como objetivo o esclarecimento ou a solução das questões de alcance ético suscitadas pelo avanço e pela aplicação das técnicas biomédicas<sup>12</sup>.

Guy Durand revela: “A bioética é a busca de soluções para conflitos e valores no mundo da intervenção biomédica”.<sup>13</sup>

Devido às complexidades encontradas pelos estudiosos para definir o que é bioética, alguns autores a consideram como uma ciência, muitos como uma disciplina, outros estão qualificando-a como transdisciplina.

A Bioética pode ser considerada uma ciência da mesma forma em que se fala da filosofia, da psicologia e da sociologia, porém os autores que serviram de alicerce para esta

<sup>9</sup> REICH, Warrem T. *apud* DURAND Guy. **Introdução geral a bioética** : história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola. 2003, p. 98.

<sup>10</sup> SAINT-ARNAUD, Jocelyne *apud* DURAND, Guy, *op. cit.*, p.99.

<sup>11</sup> ROY, David J. *apud* DURAND, Guy, *loc. cit.*

<sup>12</sup> HOTTOIS, Gilbert *apud* DURAND, Guy, *op. cit.*, p. 100

<sup>13</sup> DURAND, Guy, *op. cit.*, p. 102.

pesquisa qualificam a bioética como disciplina, a exemplo temos: Diniz, Dirce Guilhem e Francesco D'agostino também<sup>14</sup>.

Como pôde ser observado pelos conceitos apresentados sobre bioética, há quem a vê como reflexão e pesquisa multidisciplinar, há também quem a vê como um método para resolução de problemas e tomada de decisão; tem-se ainda quem a vê como um meio de regulação social e, por fim, aqueles que defendem a bioética sobre uma perspectiva ética da palavra e da reflexão.

José de Souza Fernandes, referindo-se às várias maneiras de se abordarem o que é bioética, leciona “[...] a bioética se estende além de todas essas abordagens, justamente por causa de sua complexidade estrutural e sua história ainda recente e a de formação embrionária de seu conceito e problemas”.<sup>15</sup>

Pelo que fora apresentado, pode-se concluir que não há ainda uma unidade de conceito para a bioética, mas como nas duas últimas décadas tem sido um termo muito discutido, os pesquisadores estão buscando uma definição adequada e abrangente, porém ela não se torna menos significativa por falta de um conceito mais consensual entre os bioeticistas.

---

<sup>14</sup> DURAND Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola. 2003, p. 98, pp. 111-112.

<sup>15</sup> NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.), SÁ, Maria de Fátima Freire de (coord), et. al. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 21.

## 2. COMO SURTIU A BIOÉTICA

O homem é um ser sociável, por isso vive em sociedade, esta por sua vez apresenta normas: explícitas e implícitas, ambas são seguidas pelos membros do grupo social. As normas não impedem os homens de refletirem sobre os mais variados assuntos. Desde os tempos antigos, o ser humano passa todos os dias por momentos de decisões, algumas mais complexas, outras, menos.

Diante das decisões, o ser humano reflete sobre o que deve ou não fazer e também sobre as atitudes mais adequadas. As situações são diversas, ora boas, ora ruins. Assim, o indivíduo toma decisões diante da saúde e da doença, das adversidades, do sofrimento, do nascimento e da morte, além de muitas outras.

Após a Segunda Guerra Mundial, o contexto histórico mudou e as pessoas passaram a ter novas atitudes diante das descobertas científicas. Guy Durand afirma que houve fatores externos e internos para o surgimento da Bioética, outros autores mencionam os fatores, mas sem classificá-los dessa forma<sup>16</sup>.

Os fatores externos considerados pelo autor são: o desenvolvimento técnico-científico, a emergência dos direitos individuais, a modificação da relação médico-paciente e o pluralismo social<sup>17</sup>.

O primeiro fator se deu com o avanço da biomedicina e da informática. A ciência associada à tecnologia alcançou resultados que não seriam possíveis sem esse elo. Este

---

<sup>16</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética: história, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Loyola, 2003, pp. 27 e 39.

<sup>17</sup> *Idem, ibid.*, p. 27.

desenvolvimento trouxe grandes conquistas para a humanidade, sendo possível salvar indivíduos antes sem perspectivas, melhorar e prolongar a vida; porém, trouxe também preocupações com relação aos abusos que poderiam ocorrer<sup>18</sup>.

A técnica da hemodiálise, por exemplo, descoberta em 1961, trouxe benefícios e também problemas, pois não havia material suficiente para atender à demanda. Então seria preciso selecionar os doentes para receber tratamento<sup>19</sup>, o que suscita algumas questões, quais sejam: quem faria a escolha? Que critérios seriam usados? Não são todos os doentes merecedores de tratamento médico?

Como seres humanos, todos deveriam ter igual direito a tratamento médico, no entanto, não foi o que ocorreu. Diante do problema, criou-se um comitê para decidir sobre a seleção, ele era composto por nove membros, somente dois médicos faziam parte do mesmo.

Os critérios para a seleção dos pacientes foram sociais, avaliando-se a produtividade dos indivíduos e o bom comportamento<sup>20</sup>.

Foram realizados também, na década de 1.960, inúmeros transplantes e, em decorrência do aumento de número de doentes, nem todos eram atendidos<sup>21</sup>, fato diante do qual alguns questionamentos se impunham: quem seria o beneficiado com o tratamento? Quem poderia ser doador de órgãos? O que é morte?

Até então, era considerada morte “a parada completa da respiração e da circulação sanguínea”, por isso muitos órgãos que poderiam ser transplantados perdiam sua utilidade. “A partir de 1968, um comitê da escola de medicina de Harvard editou novos critérios de determinação da morte, a saber: a morte cerebral”<sup>22</sup>.

Temos ainda as descobertas das técnicas de reanimação por respiração artificial, pelas quais doentes ficavam entre a vida e a morte. Diante disso, são oportunos os questionamentos: E agora, é ético retirar o respirador? Quem poderá fazê-lo? O médico? Os auxiliares? A família? O paciente?

<sup>18</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo:oyola,2003,p.28.

<sup>19</sup> *Idem, ibid*, p. 28.

<sup>20</sup> *Idem, ibid*, p. 28.

<sup>21</sup> *Idem, Ibid*. p. 29.

<sup>22</sup> *Idem, ibid*, p. 29..

Reflexões ainda sem respostas, ou com respostas ainda sem aceitação. Pelos meios de comunicação é possível se ter uma idéia do dilema encontrado por muitas famílias. Muitas vezes, as divergências começam em casa. Pessoas carentes de cuidados se vêem em meio a dilemas tais com: quem cuidará dele?

A engenharia genética também apareceu e trouxe inúmeros questionamentos sobre o aborto voluntário e as técnicas de reprodução; estes foram os primeiros passos para que a bioética se manifestasse<sup>23</sup>. E por estar diretamente ligada à área médica, muitos indivíduos pensam e dizem que a bioética é exclusividade da biomedicina.

As inúmeras conferências e debates sobre diversos temas polêmicos levaram à criação de um centro de Bioética em 1976, em Montreal<sup>24</sup>. A partir daí foram criados novos organismos governamentais e não governamentais que discutem sobre a bioética e os temas relacionados a ela.

A biomedicina e a biotecnologia deixaram a população e até os pesquisadores perplexos, pois trouxeram e podem trazer grandes benefícios, mas ao mesmo tempo temor, afinal, existem muitos homens ambiciosos buscando promoção e para tal não medem conseqüências futuras, buscam novas descobertas, esquecendo muitas vezes a ética e a moral, esse é um dos motivos porque hoje a ciência é questionada e não é vista como apenas benéfica.<sup>25</sup>

O segundo fator se deu com os movimentos que buscaram os interesses individuais. Gilbert Lottois afirma: “a filosofia dos direitos humanos se tornaria cada vez mais uma fonte e inspiração múltipla para uma importante parte da reflexão bioética”<sup>26</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos revelou a preocupação em proteger a liberdade e a dignidade do indivíduo. O movimento feminista também passou por renovações. Era preciso que alguns grupos sociais se preocupassem com a dignidade da pessoa, pois muitas experiências eram realizadas com seres humanos, sendo eles negros, pobres, deficientes mentais e presos, os escolhidos pelos pesquisadores<sup>27</sup>.

<sup>23</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003. p.30

<sup>24</sup> *Idem, Ibid.*, p. 31.

<sup>25</sup> *Idem, Ibid.* p. 28.

<sup>26</sup> HOTTOIS, Gilbert *apud* DURAND, Guy, *op. cit.* p. 34.

<sup>27</sup> DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 15.

Aos poucos, os consumidores de tratamentos médicos reivindicaram seus direitos questionando as decisões até então tomadas, em que os médicos davam sempre a palavra final sem que o doente participasse da tomada de decisão referente à sua saúde ou aos tratamentos necessários para sua recuperação.

Após diversas discussões, percebe-se o crescimento significativo da autodeterminação. Este princípio fora reconhecido em várias leis e em lugares diferentes como nos EUA, Canadá e Europa, tornando-se um direito<sup>28</sup>.

O terceiro fator foi a modificação da relação médico-paciente. Pela história, sabe-se que a relação entre médicos e pacientes era muito próxima e os médicos eram amigos de confiança dos pacientes que muitas vezes segredavam a esses profissionais os fatos importantes de suas vidas<sup>29</sup>.

Os desenvolvimentos tecnológicos trouxeram grandes mudanças na relação médico-paciente. Houve mais construções de hospitais, os médicos buscaram especializações e surgiu a necessidade de se concentrarem em um mesmo lugar a fim de produzirem resultados mais eficientes, pois cada médico passou a se dedicar à determinada parte do corpo humano, o que aumentou a distância entre médico e paciente e a desconfiança do doente em relação ao profissional.

O quarto fator externo se deu com a escala do pluralismo social. A mistura de culturas e o desenvolvimento no setor educacional contribuíram para novas reflexões sobre a forma de vida da humanidade, tornando os indivíduos insatisfeitos com os valores morais existentes; assim, questões surgiram com relação aos domínios da ciência e ao direito das pessoas, o que exigiu uma nova explicação ética para esses questionamentos, porque as respostas antes elaboradas já não satisfaziam mais os anseios da sociedade<sup>30</sup>.

Entre os principais fatores internos que contribuíram para o surgimento da bioética, destacam-se as pesquisas biomédicas por seus excessos.

---

<sup>28</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo:Loyola,2003.p.35

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>30</sup>DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo:Loyola,2003.p.38.

O primeiro e grande deslize da pesquisa bioética que fora divulgado pela imprensa é referente ao período da Segunda Guerra Mundial, pois os médicos nazistas faziam pesquisas com seres humanos. Pelos registros históricos, é possível ter noção das atrocidades cometidas nos campos de concentração alemães, com base em uma ideologia racista e inumana, ferindo princípios que antes de serem normativos são naturais, a saber: o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, independente de suas origens<sup>31</sup>.

O segundo fato que chocou o mundo foi divulgado em 1962. Outra vez, as pesquisas biomédicas usaram seres humanos em seus experimentos. Várias mulheres grávidas, sem saber que estavam fazendo parte de experimentações científicas, tomaram durante a gestação medicamento conhecido como talidomida e em consequência muitos bebês nasceram sem membros<sup>32</sup>.

Em 1966, novas publicações de pesquisas biomédicas envolvendo seres humanos foram divulgadas. O artigo foi assinado pelo médico anestesista e colecionador de relatos científicos, Henry K. Beecher, que discordava das experimentações como estavam sendo feitas, em que as pessoas desconheciam que faziam parte desse processo, sendo assim, não havia o consentimento das mesmas e não levavam em consideração os riscos e benefícios<sup>33</sup>.

Dentre os 50 relatórios de sua compilação, 22 foram publicados. Os recursos para estas pesquisas eram de instituições governamentais e médicas, as mesmas foram realizadas com os “chamados cidadãos de segunda classe”, internos em hospitais de caridade, adultos com deficiências mentais, crianças com retardos mentais, idosos, pacientes psiquiátricos, recém-nascidos, presidiários<sup>34</sup>.

Pelo que se percebe, indivíduos indefesos, sem condições de exigirem respeito à sua dignidade enquanto pessoa, as que mais precisavam de cuidados médicos, tornavam-se vítimas de suas ambições por novos conhecimentos. É inaceitável que pessoas capacitadas para ajudar os outros tenham atitudes contrárias.

Entre os relatos divulgados por esse médico, tem-se o conhecido caso do Brooklyn, em que 22 idosos senis e hospitalizados foram vítimas de injeção de células cancerosas, pois

---

<sup>31</sup> *Idem, Ibid.*, p. 41.

<sup>32</sup> *Idem, Ibid.*, p. 40.

<sup>33</sup> DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 15.

<sup>34</sup> *Idem, Ibid.*, p. 15

os pesquisadores desejavam conhecer mais sobre a doença e descobrir como imunizá-la<sup>35</sup>. Os idosos não possuem dignidade? Quem contribui para a formação de novas gerações? Quem hoje é jovem não irá envelhecer? A velhice é um mal em si mesma?

A discriminação não é louvável, principalmente quando pessoas que devem proteger a vida fazem uso de suas atribuições para causarem sofrimento a inocentes como vimos nos fatos anteriores.

Há também o caso Willowbrook, em que centenas de crianças com retardo mental foram infectadas com o vírus da hepatite, a fim de serem estudadas<sup>36</sup>. Os médicos queriam conhecer mais sobre a doença. Não lhes bastaram as privações por consequência de sua doença? Precisava-lhes causar maior sofrimento?

Pela história, fica evidente a falta de limite e de humanidade de profissionais da medicina em pesquisas biomédicas, por isso a relação médico-paciente não era mais de confiança, os indivíduos não tinham seus direitos respeitados. A bioética precisava ser consolidada, a fim de agir em questões tão delicadas e mediar conflitos éticos e morais presentes na biomedicina.

Os escândalos continuaram. Em 1972, nos EUA foi divulgado o caso Tuskegee, em que centenas de negros que estavam com sífilis não receberam tratamento (esse já era conhecido), porque os médicos queriam estudar a evolução da doença<sup>37</sup>. Quase três décadas após a Segunda Guerra Mundial, pesquisadores não nazistas deixaram transparecer o preconceito racial em suas pesquisas científicas.

Muitos outros casos foram publicados, e assim a reflexão bioética se acendeu. A sociedade e também os pesquisadores, que não eram favoráveis a este tipo de experimentos, cobravam e ainda cobram uma postura ética e moral da biomedicina.

Para que não haja mais excessos nos experimentos envolvendo seres humanos, é necessário um controle jurídico, mas também uma conscientização dos profissionais engajados nas pesquisas científicas.

---

<sup>35</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética: história, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Loyola. p. 41.

<sup>36</sup> DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.p.15

<sup>37</sup>. DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce, *op. cit.* p.18



Os representantes sociais, jurídicos e políticos entram nas discussões para tomadas de decisões. Ainda hoje há uma grande preocupação com este tipo de pesquisa, afinal, cogita-se pelos meios de comunicação que, por causa da vigilância, muitos pesquisadores trabalham em projetos científicos secretos.

Ficou evidente que a evolução biomédica se deu em meio a muito sofrimento. Inocentes foram vítimas dos experimentos científicos envolvendo seres humanos, para que outras pessoas fossem beneficiadas. Limites foram impostos aos profissionais da medicina, porém a melhor orientação que temos é interior, pois a ética não se adquire com regras. Quando o ser humano é desprovido de valores e compromisso com a humanidade, facilmente toma atitudes que vai de encontro às normas e ao que a sociedade espera.

### 3. COMO SE DEU A CONSOLIDAÇÃO ACADÊMICA DA BIOÉTICA

Como fora visto no capítulo anterior, a bioética surgiu em meio a grandes transformações sociais, desenvolvimento tecnológico, científico, mudança no relacionamento médico-paciente, busca por direitos individuais, entre outras mudanças ocorridas nas décadas de 1.960 e 1.970. Neste período, a busca de reflexões sobre os diversos conflitos que surgiram foram essenciais para a consolidação da bioética.

De acordo com Débora Diniz e Dirce Guilhem, após as inúmeras publicações denunciando os abusos que estavam ocorrendo no campo da pesquisa biomédica, a população estadunidense mostrou indignação e revolta. Então, o governo e o congresso dos EUA decidiram criar um comitê nacional chamado ‘National Commission for the Protection of Human Subjects’, isto é, “Comissão nacional para a proteção de sujeitos humanos na pesquisa biomédica e comportamental” (1974). Esse comitê tinha como objetivo estabelecer os princípios éticos para nortear as experimentações científicas envolvendo seres humanos<sup>38</sup>.

A comissão fazia os relatórios sobre os trabalhos que vinham desenvolvendo. Em 1.978, foi publicado o de Belmont Report, que se tornou um marco para a história da bioética. O Belmont Report apresentou três princípios éticos norteadores da pesquisa científica, a saber: autonomia, a beneficência e a justiça.

Pelo princípio da autonomia, ficou claro que os indivíduos para participarem de uma pesquisa científica devem manifestar sua vontade, ou seja, ser informado e consentir fazer parte da experimentação. Tratando-se de pessoas absolutamente ou relativamente incapazes deveriam ser sempre protegidas, pois sua autonomia é menor.

A ministra da saúde da Alemanha, Nida Rumelin, e o filósofo N. Hoerster defenderam a tese de que “a dignidade humana só tem de ser respeitada quando o ofendido está consciente de sua própria dignidade, isto é, tem auto-estima”<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 21.

<sup>39</sup> NOGUEIRA, João Rui Duarte Farias, et al. **O homem, a ciência e bioética**. Disponível em: [www.ipv.pt/millennium/millennium30/02.pdf](http://www.ipv.pt/millennium/millennium30/02.pdf). Acesso em: 20 jul. 2007, às 22 hs.

Poder-se-ia dizer que a pessoa desprovida de auto-estima não está apta a tomar decisões, pois geralmente quem não tem equilíbrio emocional vê a vida sobre uma ótica negativa, deixando a emoção agir sobre a razão.

Beneficência, etimologicamente, significa fazer bem aos outros. Para Débora Diniz e Dirce Guilhem, o pesquisador deverá se comprometer a promover o bem-estar dos indivíduos envolvidos com a experimentação científica<sup>40</sup>. Uma maneira dos pesquisadores promoverem o bem-estar das pessoas, e não prejudicá-las, é proporcionar maior benefício e menor risco, aumentar as vantagens e prevenir os danos, buscar o melhor interesse.

Pelo princípio da justiça, tem-se o esclarecimento de que as pessoas devem ser tratadas equitativamente: será dado a cada indivíduo o que lhe compete; para a mesma categoria de doentes, as mesmas oportunidades, promovendo o equilíbrio e evitando conflitos sociais<sup>41</sup>.

“A equidade social, entendida tal como o filósofo John Rawls vinha propondo, isto é, como o princípio do reconhecimento de necessidades diferentes para a defesa de interesses iguais, era uma das grandes novidades apresentadas pelos membros da comissão<sup>42</sup>.

A equidade deve ser uma busca constante, pois dessa forma as pessoas poderão sentir que a justiça não é apenas uma teoria constantemente presente nos discursos, é uma realidade, pela qual se revela a igualdade de direitos.

Dentre inúmeras implicações práticas, a referência a esse princípio exige, por exemplo, um cuidado redobrado na escolha dos participantes da pesquisa científica. Em nome disso, a divulgação do relatório, e especialmente a inclusão desse princípio, foi decisiva para a proteção dos seres humanos usados em pesquisas experimentais<sup>43</sup>.

Conforme Darlei Dall'Agnol, o relatório Belmont deixou explícito que pode haver outros princípios relevantes para as pesquisas biomédicas. Afirma também que os princípios mencionados não poderão ser aplicados para solucionar todas as disputas e conflitos morais particulares<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 22.

<sup>41</sup> *Idem, ibid.*, p. 23.

<sup>42</sup> *Idem, ibid.*, p. 23.

<sup>43</sup> DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 23.

<sup>44</sup> AGNOL, Darlei Dall'. **Bioética: princípios morais e aplicações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 27

E, ainda, o relatório faz referência somente a experimentos com seres humanos não contemplando nem os animais, nem o meio ambiente. Contudo, vale lembrar que foi a partir da publicação do relatório Belmont que se iniciou a formalização da bioética como disciplina<sup>45</sup>.

Na década de 1970, obras que falaram também sobre bioética foram publicadas. Entre elas, o livro *Problemas Morais na Medicina*, de 1976, que fora organizado por Samuel Goivitz, filósofo, e trouxe temas que até hoje se encontram nos debates, a saber: o aborto e eutanásia<sup>46</sup>.

A divergências dos países com relação a esses temas acentua mais os debates, pois vamos perceber que a bioética é universal, mas é preciso lembrar que os países possuem soberania. As decisões são influenciadas pela cultura do povo. E o mundo é multicultural.

Em 1979, ocorreu nova publicação: a da obra chamada “*Principles of Biomedical Ethics*”, isto é, “Princípios da Ética Bioética” de autoria do filósofo Tom Beauchamp, que seguia tendências da ética utilitarista, e do teólogo James Childress, um defensor do deontologismo, ambos bioeticistas. Foi com essa obra que a bioética atingiu a consolidação nas academias dos EUA<sup>47</sup>.

Os três princípios éticos do relatório da Belmont foram rediscutidos e houve algumas modificações. Estudiosos do assunto acrescentaram um novo princípio aos já mencionados, o da não-maleficência. Esses princípios tornaram-se conhecidos como teoria principialista e dominou os discursos acadêmicos por duas décadas<sup>48</sup>.

Os princípios mencionados foram divididos por Costa, Garrafa e Oselka em deontológicos (não-maleficência e justiça) e teleológicos (beneficência e autonomia), afirmando que o principialismo é uma teoria mista<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> *Idem, ibid.* p. 29.

<sup>46</sup> DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce, *op. cit.*, p. 23.

<sup>47</sup> AGNOL, Darlei Dall’, *op. cit.*, p. 28.

<sup>48</sup> DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 25.

<sup>49</sup> AGNOL, Darlei Dall’. **Bioética: princípios morais e aplicações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 28.

Para Darlei Dall'Agnol, o principialismo diferencia-se da ética Kantiana e da ética de Mill, pois para esses os princípios éticos eram absolutos e acreditavam ter apenas um princípio fundamental; para o principialismo, há pluralidade de princípios e esses possuem validade apenas enquanto considerações morais maiores não surgirem no debate, a fim de produzirem um bem maior<sup>50</sup>.

Ainda segundo o autor Beauchamp e Childress, os princípios morais da bioética têm validade *prima facie*, até mesmo o princípio da justiça. “Os axiomas do principialismo possuem apenas validade *prima facie*, isto é, cada um deles vale enquanto considerações morais maiores não estiverem em jogo.”<sup>51</sup>

### 3.1 PRINCIPIO DA AUTONOMIA

O princípio do respeito à autonomia não foi empregado por Beauchamp e Childress como o fizeram Kant e filósofos gregos, mas no sentido de respeitar a liberdade e a capacidade do indivíduo para decidir por si só, sem influência de outras pessoas, mostrando sua intenção, conhecimento do assunto e as circunstâncias do ato, o que requer responsabilidade, maturidade, autodeterminação e não liberdade irrestrita<sup>52</sup>.

Darlei Dall'Agnol revela a diferença entre a teoria principialista e a Kantiana da seguinte forma:

Deve-se salientar aqui que a Fórmula da Autonomia tal como ela pode ser encontrada na ética de Kant não corresponde exatamente ao princípio do respeito à autonomia tal como ela é defendida na bioética por Beauchamp e Childress. Para Kant, a autonomia significa auto-imposição de leis morais; para o principialismo, capacidade de deliberação e escolha. Para citar outra diferença, enquanto para Kant a autonomia é algo absoluto, incondicional, para o principialismo o respeito à autonomia (que poderia ser uma máxima da ética Kantiana) é apenas um dever *prima facie*.<sup>53</sup>

“Devemos respeitar as visões dos indivíduos e seus direitos à medida que seus pensamentos e ações não causem dano sério para outras pessoas”.<sup>54</sup>

<sup>50</sup> *Idem, Ibid.*, p. 29

<sup>51</sup> BEAUCHAMP e CHILDRESS *apud* AGNOL, Darlei Dall, *op. cit.*, p. 29.

<sup>52</sup> AGNOL, Darlei Dall, *op. cit.*, p. 29.

<sup>53</sup> AGNOL, Darlei Dall'. **Bioética**: princípios morais e aplicações. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 97

<sup>54</sup> *Idem, ibid*, p. 32.

Vários indivíduos fazem uso da liberdade de forma equivocada, pensando que podem tudo e esquecem de respeitar os direitos alheios, causando dano ou prejuízo a outrem. É indiscutível que o ser humano é livre, entretanto, vive em sociedade e deverá agir em consonância com as normas estabelecidas.

A consolidação acadêmica da bioética se deu com as reflexões acerca dos vários conflitos que surgiram nas décadas de 1.960 e 1.970; essas discussões tiveram como base teórica o principialismo: respeito à dignidade da pessoa, beneficência, não-maleficência e justiça.

### 3.2 O PRINCÍPIO DA NÃO-MALEFICÊNCIA

No relatório Belmont, o princípio da não-maleficência está contido no princípio da beneficência. Aquele traz a obrigação de não causar dano por intenção e desnecessariamente. É um dever, pois os direitos das outras pessoas precisam ser respeitados e à medida que se causa mal a alguém, algum direito está sendo violado.

O princípio da beneficência fora mais relacionado ao paciente. Já o princípio da não-maleficência está direcionado ao profissional da saúde. Nem sempre será possível ajudar uma pessoa sem causar dano, mas vale lembrar que um benefício maior justifica o dano menor. Ex.: um médico quando faz uma cirurgia causa um dano menor e necessário para alcançar um benefício maior<sup>55</sup>.

Quando os direitos das pessoas são respeitados, cumpre-se um dever, isto não significa que alguém beneficiou outra pessoa com uma boa ação. Só pelo fato de não agir para prejudicar outrem, o princípio da não-maleficência foi alcançado.

### 3.3 O PRINCÍPIO DA BENEFICÊNCIA

No princípio da beneficência, não foram observadas alterações, apenas houve o desmembramento, pois foi a partir dele que surgiu o princípio da não-maleficência. As

---

<sup>55</sup> AGNOL, Darlei Dall'. **Bioética**: princípios morais e aplicações. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, pp. 39 – 41.

normas da beneficência geral não são obrigações, por isso não resultam em sanções, mas em censura moral do indivíduo que deveria promover o bem. Nem sempre é possível realizar o bem, porém é a regra beneficência.

### 3.4 OS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA

Beauchamp e Childress não enunciaram esses princípios tão importantes, no entanto eles não se tornaram menos significativos para a bioética que os demais, pois estão diretamente relacionados a ela<sup>56</sup>.

A esse respeito escreveu Darlei Dall'Agnol:

A importância dos princípios da justiça ultrapassa as fronteiras da bioética e da ética biomédica, pois eles relacionam-se com quase todas as esferas da ação humana. Todavia, eles possuem um significado especial na ética biomédica envolvendo questões como a distribuição dos recursos, o acesso à saúde etc. Por isso eles estão presentes numa trama de temas que são do domínio da filosofia política e da filosofia do direito<sup>57</sup>.

“Todavia eles possuem um significado especial na ética biomédica envolvendo questões como a distribuição dos recursos e o acesso à saúde etc”<sup>58</sup>.

Os princípios aqui analisados não devem ser vistos separadamente, diante das diversas situações que exigem reflexões e atitudes, e sim caminharem em conjunto e harmoniosamente como princípios que se completam; dessa forma, a decisão tomada será a melhor. Se em algum momento os pesquisadores tentarem valorizar um em detrimento do outro, trará uma divergência negativa e desnecessária para o campo da bioética.

---

<sup>56</sup> BEAUCHAMP e CHILDRESS *apud* AGNOL, Darlei Dall. p. 49.

<sup>57</sup> AGNOL, Darlei Dall'Agnol, *op. cit.*, p. 49

<sup>58</sup> BEAUCHAMP e CHILDRESS *apud* AGNOL, Darlei Dall, *op. cit.*, p. 49.

#### **4. EVOLUÇÃO DA BIOÉTICA**

Segundo a socióloga americana e Renée C. Fox, a evolução da bioética pode ser resumida em três fases distintas. A primeira fase começou na década de 1.960 e estendeu-se



até meados da década de 1.970, sendo caracterizada pelos experimentos científicos envolvendo seres humanos<sup>59</sup>.

O desafio dessa etapa era fazer com que os pesquisadores esclarecessem os riscos da experiência aos possíveis indivíduos que fariam parte do procedimento de pesquisa e obtivessem deles o livre consentimento, objetivo não alcançado como pode ser observado nos primeiros capítulos desse trabalho científico.

A segunda fase iniciou-se em meados dos anos 1.970 e terminou em meados dos anos 1.980. Nesse período, houve um interesse maior pelo ciclo da vida. As pessoas questionavam o nascimento, a morte e como manter a vida. Nessa fase, ocorreu a mudança no conceito de morte<sup>60</sup>.

A terceira fase começou em meados dos anos 1.980. Depois de um período de crescimento constante, as pesquisas encontraram a barreira da restrição orçamentária, pois o novo discurso é a redução de despesas<sup>61</sup>.

“As palavras-chave do discurso público agora são: equilíbrio dos orçamentos, compressões orçamentárias, recursos limitados, racionalização, avaliação das tecnologias, relação custo-benefício, distribuição dos recursos”<sup>62</sup>.

Vale salientar que a evolução da Bioética fora assim realizada, mas os assuntos da bioética nunca foram restritos a um só período, apenas foram destaques em determinada fase, ou seja, foram mais discutidos.

De acordo com Guy Durand, há uma outra forma de se ver a evolução bioética, qual seja, a partir das várias disciplinas envolvidas, pois nem todas as disciplinas atualmente implicadas fizeram parte das reflexões bioética desde o início<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> FOX, Renée C *apud* DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** : história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, p. 46.

<sup>60</sup> *Idem, ibid*, p. 46.

<sup>61</sup> *Idem, ibid.*, p. 47.

<sup>62</sup> FOX, Renée C *apud* DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola la, p. 47.

<sup>63</sup> *Idem, ibid.*, p. 47.

Muitos estudiosos e pesquisadores da ciência rejeitam a presença das igrejas nas discussões da bioética, esquecendo ou nem sequer conhecendo o papel fundamental dos teólogos nos primeiros questionamentos com relação à prática biomédica e a criação da bioética.

“Uma das primeiras menções contemporâneas ao direito do paciente à autonomia é de 1954, no livro do teólogo e protestante americano Jhosep Fletcher, intitulado “*Morals And Medicine*”<sup>64</sup>.

Nota-se que a preocupação com o paciente e a defesa de sua autonomia, no sentido de que o mesmo deveria ser informado sobre o diagnóstico do médico a seu respeito, bem como o tratamento que receberia, foram discutidas antes mesmo da obra clássica de Tom Beauchamp (filósofo) e James Childress (teólogo), de 1979, *Princípios da Ética e Bioética*.

Não foi somente Jhosep Fletcher que teve preocupação com autonomia do paciente. Há outros teólogos que cuidaram do assunto, entre eles o protestante americano Paul Ransey. Outro que teve contribuição para impulsionar a bioética foi o Papa Pio XII, que, preocupado com os desafios de sua época, convidou especialistas, religiosos e científicos para discutirem determinados assuntos sobre os quais ele sempre era questionado, a fim de que juntos pudessem elaborar respostas às questões que lhe eram dirigidas<sup>65</sup>.

Apesar do caráter secular da bioética, não obstante o lugar que nela sempre ocuparam os profissionais da saúde e da pesquisa, os pensadores cristãos tiveram grande participação na criação da bioética<sup>66</sup>.

A segunda etapa é caracterizada pelo envolvimento de diversas disciplinas na bioética, causando um certo afastamento dos pensadores cristãos. Tem-se nessa fase a presença de filósofos, sociólogos e juristas. Além das disciplinas implicadas, houve a manifestação da opinião pública, que passou a demonstrar interesse pelas questões bioéticas e participar das indagações relevantes desta disciplina, como exercício da cidadania.<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> *Idem, ibid.*, p. 47.

<sup>65</sup> FOX, Renée C *apud* DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, p. 26

<sup>66</sup> DURAND, Guy, *op. cit.*, p. 47.

<sup>67</sup> *Idem, ibid.*, p. 48.

“A percepção dos limites é a nova necessidade de escolhas, eventualmente até mesmo políticas, a urgência sentida de uma certa regulação social da arte médica fazem com que a opinião pública seja cada vez mais implicada no debate bioético”<sup>68</sup>.

Os especialistas sentam à mesa para discutirem os problemas presentes na sociedade. Tem-se, então, mais um motivo para que as pessoas participem ativamente das reflexões, pois as atitudes tomadas refletirão sobre a sociedade.

A terceira fase é caracterizada pelo conjunto de disciplinas que passaram a participar das reflexões sobre a bioética. Nesse período, ficou claro que os direitos individuais não se sobrepõem às escolhas coletivas, ou seja, o contexto social é destaque<sup>69</sup>.

É comum ver na sociedade atual pessoas preocupadas, buscando sempre o seu bem estar, deixando o altruísmo de lado e privilegiando o egoísmo. No entanto, o individualismo não poderá predominar sobre a coletividade, pois ninguém vive isolado.

Todas as disciplinas mostram interesse em contribuir para o desenrolar da bioética e em fazer parte dela, até mesmo administradores e economistas são chamados ao debate. E outra vez, os teólogos voltaram a ter destaque nos diálogos, pois os pesquisadores perceberam a necessidade espiritual dos pacientes.

---

<sup>68</sup> *Idem, ibid.*, p. 49

<sup>69</sup> *Idem, ibid.*, p. 49

## **5. A MULTIDISCIPLINARIDADE E A BIOÉTICA**

Guy Durand orienta:

A multidisciplinaridade designa a ‘utilização paralela de várias disciplinas sem estabelecer relações entre elas’. Esse procedimento não implica modificações nem das atitudes nem dos saberes. Ela descreve uma espécie de justaposição das

disciplinas.[...] Uma ficha médica de um doente inclui relatórios particulares de diversos profissionais: clínico geral, médico especialista, enfermeira, assistente social etc.<sup>70</sup>

Deve-se perceber que no exemplo citado na transcrição, têm-se várias disciplinas implicadas sem interagirem, pois não ocorreram discussões entre elas para chegarem a um resultado, ou seja, um ponto comum, após a troca de conhecimento dos profissionais envolvidos. Cada um agiu dentro do que lhe competia.

José de Souza Fernandes ratifica: “O saber humano é multidisciplinar porque a experiência humana acerca da realidade é estruturalmente pluridimensional”<sup>71</sup>.

Pela transcrição acima, pode-se dizer que a bioética compreendeu esta verdade. E chamar a responsabilidade só para si, a fim de dar suporte a pessoa humana, teria tido um resultado diferente dos alcançados, nos quais se trabalhou em conjunto com as diversas disciplinas a ela implicadas.

A bioética é multidisciplinar, porque envolve inúmeras disciplinas em seus discursos, refletindo sobre temas de interesses múltiplos, presentes na sociedade e também de grande repercussão ética, legal e social<sup>72</sup>.

Isso devido às transformações que ocorreram no meio social após a Segunda Guerra Mundial, a saber: avanços da medicina, ciência e biotecnologia. Lembrando que com essas novas descobertas o homem não só modifica o meio em que vive, mas muda a si mesmo.

---

<sup>70</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003.p. 315.

<sup>71</sup> NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.), SÁ, Maria de Fátima Freire de (coord), et. al. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 8.

<sup>72</sup> LONTRA, Hilda Orquídea Hartmann et. al. **A importância da contextualização e da interdisciplinaridade no currículo do ensino médio**. Governo de Rondônia: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, 2003, p. 9.

## 6. BIOÉTICA E A INTERDICCIPLINARIDADE

Leciona Guy Durand:

A interdisciplinaridade, designa um procedimento de interação dos saberes disciplinares. Ela pode ser definida como a “utilização combinada de várias

disciplinas, combinação [...] que provoca transformações recíprocas dessas disciplinas em seus conceitos, leis ou métodos”<sup>73</sup>.

Profissionais com formações e conhecimentos específicos de diversas áreas, discutem questões relevantes, trocam experiências e conhecimentos para alcançarem um determinado objetivo. Por isso é a interdisciplinaridade indispensável para a bioética.

Normand Séguim entende que:

A interdisciplinaridade remete ao modo de ligação que une em um mesmo processo intelectual experiências disciplinares distintas. Ela “nasce de uma tensão intelectual que atravessa e condiciona o vivido de uma equipe ou um grupo ampliado”. “Como processo intelectual, a interdisciplinaridade corresponde a um movimento de interiorização de noções, de conceitos, de saberes e de *savoir-faire* tomados de empréstimos da outra disciplina”. Ela “ não é a negação das primeiras orientações disciplinares, mas antes o contexto e o meio de inflexioná-las e de enriquecê-las com o contato com outras experiências.”<sup>74</sup>

A interação de disciplinas com saberes diferenciados enriquecem as discussões no campo bioético. A troca de informações entre os especialistas ajuda na formação de novos conceitos, mostrando que há flexibilidade entre os pesquisadores e não imposição.

A interdisciplinaridade não é apenas uma justaposição de disciplinas, ela deve ser vista como a relação das disciplinas em determinados projetos e pesquisas.

Por conseguinte, arrazoa Valdemarina B. Azevedo e Souza:

A interdisciplinaridade só ocorre quando existe interação de pessoas; ela necessita da troca de saberes e opiniões. As condições necessárias para que a interdisciplinaridade ocorra são as seguintes: a existência de uma linguagem comum; objetivos comuns; relacionamento da necessidade e de considerar diferenças existentes; domínio dos conteúdos específicos de cada um dos participantes; e a elaboração de uma síntese complementar<sup>75</sup>.

Pode-se dizer, então, que as disciplinas envolvidas com a bioética mantêm um diálogo na troca de conhecimento, questionando, confirmando, complementando, negando, ampliando e buscando um consenso.

<sup>73</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003.p. 315.

<sup>74</sup>SÉGUIM, Normand. *apud* DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola la, p. 317.

<sup>75</sup> GOLDIM, José Roberto *apud* SOUZA, Valdemarina B. Azevedo. **Bioética: origens e complexidades**. HCPA, Porto Alegre, 26.02.2006. Disponível em: [www.ufrgs.br/complex.pdf](http://www.ufrgs.br/complex.pdf). Acesso em: 10 ago. 2007, às 20hs.

Quando surgiu o termo bioética, a maioria dos pesquisadores a ligava à medicina como se fosse criada para ela. Até mesmo profissionais da área médica assim procederam como se a bioética fosse uma exclusividade da biomedicina. No entanto, não fora esta a proposta de Van Renselaer Potter, pois desde o princípio o autor afirmou que a bioética poderia ser chamada de ética interdisciplinar, deixando assim transparecer a idéia de um relacionar ciência e humanidade, entretanto não foi entendido de imediato<sup>76</sup>.

Nesse diapasão, explana José de Souza Fernandes:

Não é afazeres de médicos simplesmente, nem de juristas, nem teólogos tão pouco de filósofos. A sua índole multidisciplinar e interdisciplinar pressupõe a palavra de todos e decisões que respeitam todos os aspectos envolvidos em uma questão de biomedicina<sup>77</sup>. (*sic*).

Dentre os motivos que levaram pesquisadores a acreditarem que a bioética era uma exclusividade biomédica, estão os temas ligados à bioética, pois entram diretamente na área médica como o aborto, eutanásia, inseminação artificial, clonagem, doação de órgãos, etc., mas estes não são de interesse apenas da biomedicina: envolvem outras disciplinas na discussão, como a ética e o direito.

Devemos lembrar que a medicina é uma questão específica dos especialistas da área. Já “a bioética é alimentada pela reflexão ética que é ao mesmo tempo uma de suas disciplinas constitutivas e que a distingue da ética filosófica, caracterizando-se como um saber multidisciplinar e interdisciplinar”<sup>78</sup>.

Analisando o contexto acima, chegar-se-á a uma das diferenças mais perceptíveis entre bioética e medicina. A bioética é multidisciplinar e interdisciplinar e a medicina, não.

Analisando de outra forma, pode-se dizer que a bioética é uma questão biomédica, quando diz respeito à preocupação ética com a vida e à dignidade da pessoa humana. Na saúde ou na doença. Isso também levou muitos pesquisadores a formarem grupos de bioética

<sup>76</sup> GOLDIM, José Roberto, *op. cit.*

<sup>77</sup> FERNANDES, José Afonso de Souza. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre eutanásia, p. 19.

<sup>78</sup> FERNANDES, José Afonso de Souza. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre eutanásia, p. 18 - 19.



quase só de médicos, com presença de alguns juristas e teólogos, “Como se a bioética fosse simplesmente uma questão da medicina amparada pela lei e consagrada pela religião”<sup>79</sup>.

De acordo com o entendimento de Guy Durand:

Os desenvolvimentos biomédicos dos anos 1960 mudaram muito as coisas. Eles colocaram problemas novos. Mas também colocaram de uma maneira nova os problemas antigos. Essas questões não interessam somente ao médico e seu paciente, elas também dizem respeito aos técnicos de laboratório, as enfermeiras que são chamadas a colaborar, aos administradores chamados a investir, aos psicólogos e aos assistentes sociais que vêem nelas incidências sobre a sua tarefa profissional. Progressivamente, também chamaram a atenção dos juristas chamados a ajudar a legislação, dos eticistas interessados na legitimidade moral desses comportamentos, e, por fim, o dos gestores chamados a distribuir os recursos públicos, cada vez mais conscientes de que aqui se trata de escolhas da sociedade e não de simples intervenções privadas.<sup>80</sup>

Vê-se neste ensinamento de Guy Durand que a bioética não trabalha apenas com temas novos, mas também com temas antigos, dando-lhes uma nova visão. Fica evidente a idéia passada pelo autor de que a bioética abarca as diversas disciplinas, cada uma contribuindo naquilo que lhe compete e uma auxiliando a outra.

Ainda seguindo o raciocínio de Guy Durand:

Interdisciplinar, a bioética quis ser de saída uma abordagem global da pessoa composta de corpo e de espírito, inserida em uma família mais ou menos colaboradora, influenciada por um meio mais ou menos sã. Ela também quis ser uma abordagem social, interessada nas estruturas sociais e legais a serem estabelecidas, na justiça e na equidade, no funcionamento do sistema de tratamentos, nas escolhas de valores de uma sociedade.<sup>81</sup>

Como se vê, a bioética não está interessada apenas na pessoa enquanto matéria, mas também como um ser que possui espírito, que está rodeado de outros indivíduos. Por isso, a bioética se interessa pelo meio do qual a pessoa faz parte.

A família e sociedade têm relevante colaboração na formação da identidade da pessoa humana e nos valores éticos que caminharão com essa pessoa, esses valores serão revelados diante da sociedade através da conduta do indivíduo.

<sup>79</sup> *Idem, ibid.*, p. 22.

<sup>80</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003.

<sup>81</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003. p.95

Visto que a bioética é multidisciplinar e interdisciplinar, observemos os caminhos desta disciplina no gráfico abaixo traçado por Antonio Mesquita de Galvão<sup>82</sup>.

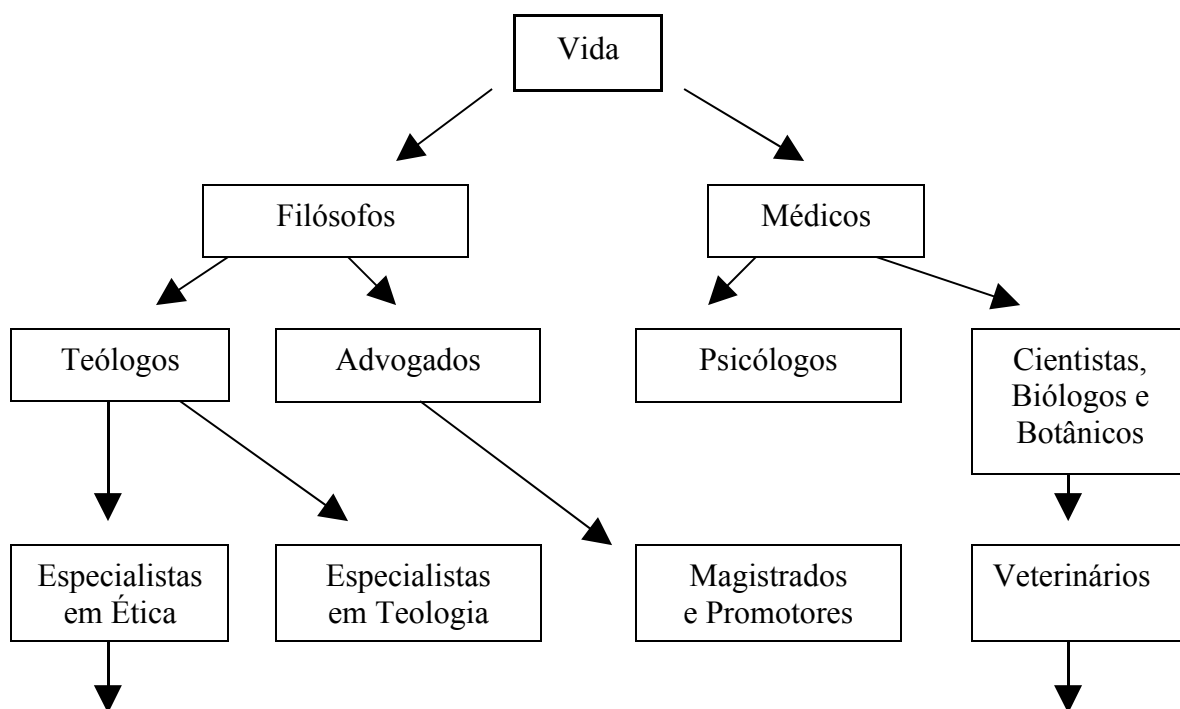
**Ilustração 1:** Origens e Caminhos da Bioética.

Jornalistas

Ecologistas e  
Ambientalistas

---

<sup>82</sup> GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida** – uma abordagem multidisciplinar. Aparecida/SP: Santuário, 2004, p. 9.



Observando-se o gráfico apresentado, há que se pensar na primeira palavra: vida. Este termo tem sua definição no dicionário como: “conjunto de propriedades e qualidades graças às quais animais e plantas se mantêm em contínua atividade...”<sup>83</sup>.

Quando os seres humanos passam a refletir sobre vida percebem a abrangência da palavra. Especialistas de muitas áreas têm o seu conceito sobre o verbete, contudo não é necessário nada além dessa definição apresentada para que cada leitor possa chegar à conclusão que homem não é um ser isolado no universo, independente e auto-suficiente, mas que faz parte de um conjunto de seres, pelo qual ele é o maior responsável, pois é o ser racional que tem domínio sobre os demais, providos de alma vivente ou não.

A vida é de interesse dos filósofos, teólogos, e especialistas em ética, jornalistas, advogados, magistrados, promotores, médicos, psicólogos, cientistas, biólogos, botânicos, veterinários, ecologistas, ambientalistas, entre outros. Aqui está um dos motivos por que a bioética não pode ser restrita a apenas uma ou outra disciplina, pois é multidisciplinar e interdisciplinar e precisa ouvir diversos especialistas, além da opinião pública para tomar a atitude diante dos diversos problemas que surgem.

Sobre isso, vejamos a lição de Galvão:

<sup>83</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 710.

Que não se caia na ilusão de imaginar, como nos fizeram crer no passado, que a bioética é medicina pura, e se relaciona apenas com doenças, curas, transplantes, experiências genéticas e à intrincada “ética profissional”. Não. É isto, sim, mas também refere-se à biodiversidade, à ecologia e à defesa da vida, em todas as suas manifestações, humanas, animais, minerais e vegetais<sup>84</sup>.

Assim, a bioética é uma disciplina que não fica isolada, fechada para as demais, ela clama pela participação de especialistas de outras áreas para refletirem sobre os mais variados temas. Sendo assim, é um lugar em que pesquisadores de diversos seguimentos podem trocar conhecimentos e aprenderem a lidar com as diferenças, respeitando o que compete a cada profissional.

## 6.1 EM QUE OS FILÓSOFOS E TEÓLOGOS PODEM CONTRIBUIR COM A BIOÉTICA

O interesse dos filósofos pelas questões éticas, em especial na prática médica, não é questão recente, pois grandes filósofos, como Aristóteles, já manifestavam uma visão ética, pensando na felicidade e no bem-estar do ser humano, valorizando as virtudes, fazendo as pessoas refletirem para tomarem as decisões mais adequadas.<sup>85</sup>

Pode-se dizer, então, que a filosofia influencia o comportamento humano. E é exatamente atitudes conscientes que se espera da bioética, ou melhor, dos especialistas que estudam, sentam e discutem os problemas para depois decidirem sobre qualquer problema relacionado a esta disciplina.

O ser humano é em si um ser religioso<sup>86</sup>. O homem não é apenas matéria, é também espírito e como tal precisa de cuidados que cientistas não podem oferecer. Atualmente, há uma tendência em admitir que o bem-estar do espírito faz bem ao corpo físico e que algumas doenças não se desenvolveriam se as pessoas fossem mais humanas e menos materialistas e levassem a vida emocional mais equilibrada.

Guy Durand orienta:

<sup>84</sup> GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida – uma abordagem multidisciplinar**. Aparecida/SP: Santuário, 2004, p 11.

<sup>85</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003. p. 24.

<sup>86</sup> FERNANDES, José Afonso de Souza. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre eutanásia, p. 5.

O temor de falar da bioética como disciplina talvez venha em parte do medo de ver essa reflexão ser reservada a especialistas, filósofos ou teólogos. Isso seria um erro: filósofos e teólogos contribuem com um conhecimento pessoal, assim como cada um dos outros participantes do debate. Mas os objetivos de cada um são os mesmos: uma reflexão de ordem ética, entendendo-se que a ética não é reservada aos especialistas em filosofia, ainda que seja uma atividade de ordem filosófica.<sup>87</sup>

Mais uma vez ficou claro que os filósofos e teólogos entram no debate bioético para contribuir com o seu conhecimento moral, ético e com suas indagações.

Os teólogos, como fora visto anteriormente, entraram na discussão bioética desde o início. Além da preocupação com a moral, interrogam questões fundamentais como nascimento, vida e morte. É um lugar de preocupação hermenêutica e também influencia no modo de vida das pessoas.

Diferente do que muitos pensam e chegam a dizer, os discursos teológicos não cegam as pessoas, porém fazem com que os indivíduos tenham comportamentos diferenciados. A exemplo do cristianismo, religião predominante no Brasil<sup>88</sup>, os debates e ensinamentos procuram levar seus seguidores a ter uma vida melhor, mais saudável e orientam os mesmos a praticarem o bem, respeitarem seus semelhantes, praticarem a justiça, auxiliar os necessitados e sempre pensarem na coletividade.

Lembrando que a preocupação moral não é restrita aos especialistas em filosofia ou teologia, mas cada pessoa tem essa responsabilidade, afinal, trata-se de um exercício de cidadania e está implícita no ser humano, revelando o seu caráter. As pessoas despreocupadas com a ética deixam de promover o bem social.

## 6.2 PORQUE OS MÉDICOS VETERINÁRIOS DEVEM SER CHAMADOS AO DEBATE BIOÉTICO?

Como visto anteriormente, a maior preocupação da bioética é a vida. Os médicos veterinários são responsáveis pela vida animal, pois estudam as doenças dos animais e seus tratamentos. Deve ser uma preocupação da veterinária e da bioética os experimentos dos

<sup>87</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003. p. 113.

<sup>88</sup> IBGE, fonte tabela 2102-**População residente por situação do domicílio, religião e sexo**, censo 2000, IBGE. Disponível em [sidra.ibge.gov.br](http://sidra.ibge.gov.br). Acesso em 30-08-2007.

cientistas com os animais, mesmo porque muitos cientistas ainda cometem exageros nas pesquisas com animais.

Deve ser lembrado que as modificações genéticas também estão nesse campo, a exemplo, tem-se os *pit bulls*, que hoje estão sendo vistos como um problema, pois esta raça de cães tem cada vez mais mostrado seu comportamento violento, ao atacar pessoas.

Em São Paulo, como vem sendo divulgado nos meios de comunicação, é crescente o número de cães dessa raça abandonados na rua. Nos últimos oito meses, mais de seiscentas pessoas foram atacadas por cães *pit bulls* estes cães foram deixados nas ruas da cidade, colocando pessoas em risco. Projetos legislativos estão tramitando na Câmara dos Deputados de São Paulo para que medidas sérias sejam tomadas a esse respeito.<sup>89</sup>

A preocupação bioética também com a vida animal, leva os especialistas a refletirem sobre as transformações no mundo animal. A exemplo dos *pit bulls*, percebe-se que as mudanças provocadas pelo ser humano no reino animal nem sempre são benéficas.

Muitas experiências são realizadas com animais. Às vezes os pesquisadores excedem e causam sofrimento as cobaias. A discussão sobre esse assunto é importante pois ajudará os pesquisadores que usam animais em pesquisas, chegarem a uma alternativa que possa beneficiar a sociedade, causando o menor sofrimento às cobaias.

### 6.3 A SOCIOLOGIA E A PSICOLOGIA DEVEM ENTRAR NO DEBATE BIOÉTICO?

Sim, os especialistas em sociologia devem participar dos questionamentos da bioética, pois é de interesse dessa disciplina as relações sociais das pessoas. As decisões tomadas no campo da bioética influenciaram as práticas dos indivíduos. Se a decisão tomada for adequada, refletirá no ser humano de forma positiva, se houver falhas e a escolha não for visando o bem-estar coletivo, também recairá sobre a sociedade.

É certo também o interesse dos psicólogos nas reflexões bioéticas. Os especialistas dessa área estudam a mente e os processos mentais do homem e de outros animais. Em muitos

---

<sup>89</sup> ISTO É, São Paulo:Três, nº 1976, 12 de Setembro de 2007.

momentos as tomadas de decisões são complexas e os psicólogos são os profissionais que ajudam os indivíduos a enfrentarem situações nem sempre agradáveis.

Como exemplo, pode-se pensar em uma grávida cheia de expectativas e projetos para o filho no ambiente familiar e de repente descobre que a gravidez põe em risco sua vida. O médico sugere o aborto, neste caso legal, no entanto, a mãe deseja ter o filho e qualquer decisão tomada causará abalo emocional. Esse é um dos momentos em que a presença do psicólogo é essencial para auxiliar esta mãe, e ajudá-la na busca do equilíbrio.

#### 6.4 OS CIENTISTAS, BIÓLOGOS E BOTÂNICOS TAMBÉM FORAM CHAMADOS ÀS REFLEXÕES BIOÉTICAS, POR QUÊ?

Os biólogos buscam em suas pesquisas conhecer os seres vivos, desde a sua origem, sua evolução, estrutura e seu funcionamento<sup>90</sup>. Essa busca pelo conhecimento já levou e ainda leva muitos pesquisadores à ambição, pois como um ser pensante e cheio de conhecimento, o pensador busca incansavelmente as respostas para questões intrigantes desde o início da humanidade.

Como se originou a vida? Os planetas? O Universo? Os homens? Os animais? As plantas? E todos os seres vivos? Fora mesmo de uma explosão? Darwin estava certo quanto à evolução? A Bíblia não pode ser vista como fonte para estas explicações? Por que negam esta teoria? Se as respostas científicas são vagas, imprecisas e não comprovadas? Podemos criar novas vidas? Existe vida após a morte? Por que morremos? Se a morte é certa e se a vida acaba aqui, por que muitas pessoas temem a morte? As afirmações científicas são verdadeiras? Os cientistas podem afirmar aquilo que não comprovaram? Por que muitos deles se consideram donos da verdade? A racionalidade deverá sempre sobrepor o espírito de humanidade? O que é melhor para o planeta e seus habitantes?

Por mais que a tecnologia e a ciência tenham se multiplicado, certas respostas não são encontradas. E se fossem, trariam benefícios? A quem? O estudo científico associado à tecnologia trouxe inúmeras vantagens para a humanidade, contudo é preciso limites. A satisfação pessoal dos pesquisadores não pode estar acima do bem comum da coletividade.

---

<sup>90</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p 106.

Os botânicos fazem parte dessa equipe, porque se preocupam com a vida vegetal, e o homem é um ser dependente dos vegetais, sem os quais a vida não existiria. E as modificações genéticas que estão sendo desenvolvida nesse campo são mesmo necessárias? Por que debatem tanto contra os alimentos transgênicos? No futuro, haverá algum alimento não modificado? Quais as consequências para a humanidade?

As respostas a essas e outras perguntas podem ser elaboradas pelos cientistas e botânicos compromissados com a vida. Esses assuntos são do interesse da bioética, não podendo assim ficar fora dos debates esses especialistas.

Não obstante, como vimos ressaltando ao longo deste trabalho, cuida a bioética da vida, a qual deve ser saudável, razão pela qual se fazem oportunas as palavras de Aristóteles: “Das coisas, a mais nobre é a mais justa, e a melhor é a saúde; porém a mais doce é ter o que amamos”<sup>91</sup>.

Assim, se o indivíduo agir com nobreza praticará a justiça. Os seres humanos percebem que a saúde é uma das melhores coisas da vida, por isso quando se sentem debilitados procuram um profissional que possa lhe dar um diagnóstico do problema, as causas e a possível solução. Muitos se abalam diante das respostas dos especialistas

Amando a natureza, o homem não desejará destruí-la, mas preservá-la para tê-la, isso proporcionaria lhe uma melhor qualidade de vida.

## 6.5 ECOLOGISTAS E AMBIENTALISTAS TÊM INTERESSE PELOS DISCURSOS DA BIOÉTICA?

Nas abalizadas palavras de Antônio Mesquita Galvão, tem-se que:

[...] bioética não é somente o trato das ciências médicas, mas prioritariamente o aporte da ética sobre tudo aquilo que se refere à vida humana, desde o ar que o

---

<sup>91</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. [tradução Pietro Nasseti]. São Paulo: Martin Claret, 2003, p.30.



homem respira, o chão que ele pisa, a água que ele bebe e a qualidade de vida da cidade onde ele mora<sup>92</sup>.

Após a leitura dessa transcrição, pode-se dizer que a bioética está diretamente ligada à natureza. Se questões envolvendo a natureza interessam à bioética, então ecologistas e ambientalistas deverão participar dos debates bioéticos, pois esses estudam as relações entre os seres vivos e o meio onde vivem. Deixar de fora os especialistas nesses assuntos, seria um grande erro, afinal, como mencionado anteriormente, o homem é um ser que faz parte do Universo e depende de um conjunto de sistemas para continuar existindo.

Constitui crime ambiental entre outros: “Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou provoquem a mortalidade de animais ou a destruição significativa da flora”.<sup>93</sup>

O homem muitas vezes despreocupado com a vida futura no planeta agride a natureza. O desmatamento das últimas décadas, assim como as queimadas em nome do progresso, tem sido abusivo. Mesmo esses atos sendo considerados crimes, muitos não se conscientizam de suas atitudes e pensam somente no seu bem-estar, nas suas conquistas, naquilo que poderá adquirir com essas práticas, esquecendo que o desmatamento desordenado poderá provocar erosões, inundações, secas e extinções de algumas espécies.

A poluição causa danos à saúde do ser humano e não fica restrita apenas ao homem que foi agente da ação danosa, ela atinge uma quantidade incalculável de pessoas. Dependendo dos danos causados aos animais e vegetais, ocorrerá um desequilíbrio no ecossistema.

Antônio Mesquita Galvão expõe:

O desmatamento pode ocasionar erosões do solo e desestabilização dos lençóis freáticos, produzindo inundações ou secas. Também reduz a biodiversidade (diversidade de *habitats*, espécies e tipos genéticos), sendo bastante significativo nas matas tropicais que albergam boa parte da biodiversidade do mundo. Pode contribuir para desequilíbrios climáticos, regionais e globais. Além disso, as matas desempenham um papel-chave na absorção do carbono; se há desmatamento, o

<sup>92</sup> GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida** – uma abordagem multidisciplinar. Aparecida/SP: Santuário, 2004, p. 13.

<sup>93</sup> ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum**. São Paulo: Rideel, 2007.

excesso de dióxido de carbono na atmosfera pode levar a um aquecimento global com vários efeitos secundários problemáticos<sup>94</sup>.

Desta feita, o ser humano polui o ar que respira. Todos os dias, a atmosfera recebe grande quantidade de gases tóxicos, trazendo riscos à saúde do planeta<sup>95</sup>. Pessoas apresentando cada vez mais problemas respiratórios, baixa umidade no ar, superaquecimento global, o homem diminui a sua qualidade de vida e muitas vezes não percebe o grande mal que está fazendo para a humanidade. Percebe-se, não está sabendo como parar. Os limites a ele impostos nunca são suficientes. A própria natureza mostra ao homem o desequilíbrio causado ao meio ambiente, porém ele ignora.

A poluição do solo, do qual o homem retira o seu sustento, é outro problema, porque vários indivíduos lançam no solo resíduos químicos e sólidos provenientes de lixos sem os procedimentos adequados<sup>96</sup>. Até mesmo o Poder Público deixa a desejar, quando não faz a coleta do lixo ou o deixa exposto, contribuindo para a reprodução de seres nocivos aos seres humanos, entre outros problemas.

A água, componente principal da matéria viva, é outra fonte para os deslizos dos seres humanos. Substâncias tóxicas são lançadas nas águas todos os dias, principalmente por fábricas, causando sérios prejuízos ao meio ambiente<sup>97</sup>. Quando poluem as águas dos rios, acabam ou colocam em extinção as espécies vivas ali existentes; concorrem também para a poluição da água os óleos, as graxas e o mercúrio.

"A poluição é uma agressão ao meio ambiente. Ora, tudo que agride o meio ambiente, atenta contra a vida, tornando-se assim, objeto de estudo por parte da bioética, que pretendia ser a instância ética que se coloca a serviço da vida"<sup>98</sup>.

Agredir o meio ambiente é um ato inconseqüente, ele não pode se defender, pois o homem tem domínio sobre ele. A educação ambiental hoje fará diferença no futuro do planeta e da humanidade. Precisa-se de medidas sócio-educativas que venham trazer mais orientações

---

<sup>94</sup> GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida** – uma abordagem multidisciplinar. Aparecida/SP: Santuário, 2004, p. 19.

<sup>95</sup> *Idem, ibid*, pp. 17, 18, 19 e 21.

<sup>96</sup> *Idem, ibid*, pp. 17, 23 e 24.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, pp. 22-24.

<sup>98</sup> GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida** – uma abordagem multidisciplinar. Aparecida/SP: Santuário, 2004. p. 23.

às pessoas acerca das conseqüências advindas da poluição do meio ambiente. Atitudes devem ser tomadas para amenizar os problemas provocados por essa agressão.

## 6.6 ECONOMISTAS E ADMINISTRADORES PARTICIPAM DAS DISCUSSÕES BIOÉTICAS?

Os economistas e administradores também são convidados a participar das reflexões bioéticas. Sabe-se que o desenvolvimento científico necessita de investimento. É aqui a entrada desses representantes. Os administradores e ocupantes de cargos públicos precisam investir em políticas públicas na área da saúde, trabalhando com prevenção, proteção, oferecendo tratamento e viabilizando recursos para que os indivíduos recebam tratamentos adequados.

Guy Durand acentua: "Os administradores, e os economistas em particular, são convidados ao debate"<sup>99</sup>.

Os economistas e administradores não podem ser ignorados do debate acerca da bioética, pois contribuem diretamente para a promoção do bem-estar do ser humano, quando lhe oferece melhor qualidade de vida. A qualidade de vida é uma busca bioética.

## 6.7 BIOÉTICA, BIOMEDICINA, ÉTICA MÉDICA E DA ENFERMAGEM

Ratifica Antonio Mesquita Galvão: "A ética médica se ocupa das posturas do profissional médico ao exercício da medicina no cotidiano, das relações profissional/clientela e da moralidade/ética nas pesquisas. Aborda tão somente a conduta do profissional"<sup>100</sup>.

A ética médica auxilia os especialistas da área dando a eles uma base para que não criem confusão no sentido de cada um agir por si, pois, se assim ocorresse, as divergências seriam acentuadas, o que causaria confusão para as pessoas que dependessem da ajuda dos profissionais da área médica.

<sup>99</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, p. 49

<sup>100</sup> GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida** – uma abordagem multidisciplinar. Aparecida/SP: Santuário, 2004, p. 58.

Segundo o entendimento de Guy Durand: "A revolução biomédica dos anos 1960, assim como a secularização da sociedade, fizeram com que houvesse uma conscientização dos novos desafios comuns a todos os cidadãos e cidadãs ".<sup>101</sup>

A revolução biomédica trouxe uma nova visão para a sociedade e o homem mudou sua maneira de agir, suas práticas, pois entendeu que as novas descobertas reveladas pela ciência lhes davam mais esperança. Abriram-se novos horizontes.

José de Souza Fernandes expõe: "A bioética é uma questão biomédica, porém, tratada a partir dos diversos problemas que a própria medicina põe aos demais saberes que se ocupam com a vida humana e juntos buscam soluções globais."<sup>102</sup>

Nesse contexto, é possível perceber a aproximação da bioética com a biomedicina, por isso algumas pessoas as consideram sinônimas. A bioética tem objetivos amplos e não se restringe a apenas uma ciência, abrange mais pessoas e dá uma nova abordagem à reflexão ética no setor da saúde.

A biomedicina está diretamente ligada à medicina tecnológica, portanto, não tem preocupação com os atos da prática diária do médico com o paciente. Importa-se com a ética médica e dos pesquisadores médicos. Está mais envolvida com o campo da ciência da experimentação.

Como fora visto, ética médica e da enfermagem são ligadas à profissão, seus direitos e deveres com relação à corporação, a clientes e ao público. Não se pode desvincular a ética médica da bioética, só não poderão ser usadas com vocábulos sinônimos. Pois a bioética é mais abrangente. Os interesses são semelhantes, entre outros podemos citar a vida.

## 6.8 ÉTICA E DIREITO

---

<sup>101</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003, p. 93.

<sup>102</sup> FERNANDES, José de Souza. **Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre a eutanásia** – contribuições para o aprofundamento do biodireito a partir do magistério da igreja. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte, Del Rey, 2004, p. 22.

Como já visto no primeiro capítulo, a ética está intimamente ligada à bioética. Não é uma ética restrita a filósofos e teólogos, mas uma ética mais abrangente que aceita que outras ciências questionem e debatam com ela.

De acordo com Guy Durand:

Em oposição ao direito, a ética não se contenta com a ação exterior, com a observância externa ela apela para a interioridade do sujeito, para suas qualidades pessoais, suas convicções próprias, sua atitude. Ela se interessa não apenas pelo fazer, mas também pelo bem fazer. É isso que evocam os termos virtude, homem virtuoso, ideal virtuoso, tomados também da tradição aristotélica e tomista.<sup>103</sup>

A ética visa o bem-estar da pessoa, abre discussão sobre o conjunto das exigências a respeito e promoção da pessoa, leva as pessoas a buscar a melhor alternativa de vida e a crescerem humanamente. A ética refere-se à interioridade e reflete nas atitudes do indivíduo, não obriga o ser humano, leva-o a refletir antes da tomada de decisão, deixa-o exercer sua autonomia<sup>104</sup>.

Para Sócrates, considerado o fundador da moral (ética), a ética está relacionada à convicção pessoal, e não a costumes ou leis exteriores, por isso a necessidade de se consultar o seu “demônio interior”<sup>105</sup>.

As normas jurídicas auxiliam os indivíduos a viverem em harmonia, porém contemplam questões de maior relevância. Questões que envolvem personalidade, educação pessoal, caráter não são do controle normativo.

"Segundo o pensamento Kantiano, o direito rege o comportamento externo, enquanto na moral enfatiza a intenção”<sup>106</sup>.

O comportamento externo revela a índole do indivíduo, antes de agir o ser humano faz uma reflexão e o que era intenção e se encontrava no campo da ética deixa de ser e se manifesta, interessando assim aos juristas.

<sup>103</sup> DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003, p. 90.

<sup>104</sup> D’AGOSTINO, Francesco. **Bioética segundo o enfoque da filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 85.

<sup>105</sup> SÓCRATES *apud* VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p.17

<sup>106</sup> KANT, IMMANUEL *apud* NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.), SÁ, Maria de Fátima Freire de (coord), et. al. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 12

O direito positivo regulamenta, normatiza as regras a serem observadas pela sociedade. O não cumprimento das normas positivas pode acabar em sanções. A obrigação de cumpri-las independe da vontade do indivíduo, por ser uma obrigação.

Direito é o “conjunto de normas de conduta, universais abstratas, obrigatórias e mutáveis, impostas pelo grupo social, destinadas a disciplinar as relações externas do indivíduo, objetivando prevenir e compor conflitos”<sup>107</sup>.

Sem as normas de conduta, seria impossível conviver em sociedade, desde os tempos mais remotos as normas eram observadas, mesmo que não escritas como ainda se vê em tribos indígenas. As normas são abstratas e se concretizam no momento de sua aplicação. São mutáveis porque precisam contemplar a realidade de cada época.

O direito procura promover a harmonia nas relações humanas, prevenir e regular os conflitos entre as pessoas. Diferente da ética, não se preocupa com as qualidades, convicção pessoal do indivíduo, interessa para ele o exterior, o que ele realiza ou deixa de realizar a respeito das normas jurídicas.

Quando a família e a sociedade contribuem positivamente para a formação do caráter do indivíduo, respeitar o direito alheio, não será um sacrifício, pois ele deixará fluir as boas qualidades revelando o seu interior.

Burlar as normas não será sua prática, pois os valores éticos estarão impregnados nele, de tal forma que agir contrário ao que ele considera justo, ou naquilo em que ele acredita, não lhe causaria contentamento, mas sim perturbações e sofrimento.

Ao contrário do que fora comentado nos últimos parágrafos, um indivíduo que não teve desconhece o que é ética, torna-se insensível aos apelos morais e agir contrário as normas para ele é indiferente.

Desta maneira, pode-se dizer que a ética e o direito estão interligados, são dependentes um do outro, pois se completam. Concorrem para o bem-estar da sociedade. Os indivíduos sensíveis aos apelos éticos convivem melhor em sociedade.

---

<sup>107</sup> FILHO, Sérgio Cavalieri. **Programa de sociologia jurídica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 27.

Os eticistas e juristas são convidados ao debate das reflexões bioéticas e, como escreve Gracia, "o biodireito sem a bioética é cego, e a bioética sem o biodireito resulta vazia".<sup>108</sup>

A bioética sem o biodireito seria vazia, pois estaria apenas no campo filosófico. O biodireito necessita do conhecimento adquirido pela bioética nos âmbitos das reflexões, e troca de conhecimento com as demais disciplinas, para que possa se guiar, a fim de não tomar atitudes de forma precipitada ou na inércia.

Encontra-se aqui a palavra biodireito. E o que é biodireito? José de Souza Fernandes<sup>109</sup> mostra o biodireito como um dos ramos do direito. É pelo biodireito que o direito se liga a bioética tão fortemente.

Leciona José de Souza Fernandes que "[...] o biodireito seria a arte de interpretar os direitos dos indivíduos diante de situações particulares".<sup>110</sup>

Os operadores do direito devem participar diretamente dos problemas discutidos em bioética, porque são responsáveis por buscar soluções, tendo sempre uma visão ética em seus procedimentos e visando à justiça. O homem precisa de liberdade, mas a liberdade sem limites o torna um ser degradável. O direito normatiza, porém protege. E todos os seres precisam de proteção.

O biodireito e a bioética deverão garantir ao ser humano que ele será respeitado em seus direitos fundamentais.<sup>111</sup>

Na atualidade, o ser humano busca cada vez mais a sua liberdade, seus interesses individuais, tanto na bioética como no biodireito, partindo do princípio de que pode decidir o que é melhor para si. Assim, torna-se difícil tanto para a bioética quanto para o biodireito tomar decisões.

<sup>108</sup> GRACIA *apud* D'AGOSTINO, Francesco. **Bioética segundo o enfoque da filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 85

<sup>109</sup> FERNANDES, José de Souza. **Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre a eutanásia** – contribuições para o aprofundamento do biodireito a partir do magistério da igreja. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte, Del Rey, 2004, p. 18.

<sup>110</sup> FERNANDES, José de Souza. **Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre a eutanásia** – contribuições para o aprofundamento do biodireito a partir do magistério da igreja. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte, Del Rey, 2004, p. 18.

<sup>111</sup> *Idem, ibid.*, p. 31.

Pela trajetória deste capítulo, conclui-se então que a bioética é interdisciplinar. Nesse sentido, Francesco D'agostinho leciona:

Para a bioética, a interdisciplinaridade provoca a confluência de temas notavelmente distanciados entre si e dificilmente dominados por um único estudioso: a reflexão sobre o meio ambiente, por exemplo, ou sobre a definição de morte, ou ainda sobre o consenso conferido ao ato médico objetivamente requer conhecimentos extremamente articulados e diferenciados para ser enfrentados com a devida seriedade.<sup>112</sup>

A bioética já não existiria mais se fosse uma disciplina fechada, tentando resolver os conflitos sem o diálogo com as demais disciplinas.

Fica claro no texto de Francesco D'agostinho que dificilmente um estudioso detenha todo o conhecimento sobre assuntos específicos. Exemplo: um médico precisa dos técnicos em laboratório para chegar a um diagnóstico, sobre determinado paciente, ou confirmá-lo. Isso demonstra claramente que há uma interação entre os profissionais. Um colabora com outro no que lhe compete e com a bioética não é diferente.

No entendimento de Bruno Cadoré:

[...] a bioética não é propriamente falando nem uma nova disciplina, nem uma nova ciência, nem uma nova ética. Ela se situa, a respeito das questões propostas pela biomedicina, no cruzamento ou entre três tipos de disciplinas científicas: as tecnociências, tais como a medicina, a biologia, assim como pessoas de diversas especialidades; as ciências humanas, entre as quais a sociologia, a economia, a psicologia, a psicanálise ou a ciência política; outras disciplinas, por fim, como a ética, o direito, a filosofia e a teologia. Assim, pode-se dizer que a bioética é um método de pesquisa interdisciplinar colocado em ação com o objetivo de desenvolver uma reflexão ética e de construir um saber teórico-prático sobre as questões colocadas ao ser humano e as sociedades pelos progressos da biomedicina. Nessa linha, o que está em jogo na bioética parece ser uma abordagem global do conhecimento mediante a qual a racionalidade científica e a racionalidade ética procurarão se unir.<sup>113</sup>

Pelo desenrolar deste capítulo, ficou evidente que a bioética não é exclusividade biomédica. E que as demais disciplinas envolvidas têm responsabilidades, não só com a bioética, mas também com a sociedade, não se tratando aqui apenas do lugar onde se vive, mas de forma global, pois a bioética é universal.

<sup>112</sup> D'AGOSTINO, Francesco. **Bioética segundo o enfoque da filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, pp. 13-14.

<sup>113</sup> CADORÉ, Bruno *apud* DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética – história, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 107.



Sendo assim, afirma-se também que a bioética é multidisciplinar, pela quantidade de disciplinas implicadas e é interdisciplinar, porque elas se relacionam em busca de um bem comum à coletividade.

## 7. O DIREITO E OS PRINCIPAIS TEMAS RELEVANTES PARA A BIOÉTICA

Os interesses da bioética pelo direito são restritos a sua área de atuação, porém o Direito tem interesse em todos os temas relevantes para a bioética, uma vez que essa procura o bem-estar dos seres humanos. A bioética precisa do Direito para poder sair do campo da subjetividade e atuar nos conflitos reais em busca de soluções.

Tratar-se-á neste capítulo dos principais temas de reflexões bioéticas e o que o Direito orienta sobre cada um deles, trazendo para melhor compreensão as disposições da Constituição Federal, o Código Penal Brasileiro e Código Civil.

## 7.1 PESQUISA CIENTÍFICA

O caput do art. 218, da Constituição Federal, assim dispõe: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.”<sup>114</sup>

Promover e incentivar o desenvolvimento científico, não significa dar aos pesquisadores poderes ilimitados. O Estado promoverá o desenvolvimento científico que vise o bem comum.

Ainda, na Constituição Federal dentre os direitos fundamentais elencados no art. 5º, IX, lê-se:” é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente censura ou licença.”<sup>115</sup>

Não se pode ver essa livre expressão da atividade científica como algo sem limites. A pesquisa científica é livre, no entanto não poder infringir nenhuma outra norma legal, a fim de exercer essa liberdade.

## 7.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Tem-se também no art. 5ª da mesma Lei, no inciso III, a seguinte disposição: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.”<sup>116</sup>

Assim, se o experimento científico puder atingir o indivíduo, objeto da pesquisa, negativamente ferindo esse princípio constitucional, será uma prática ilegal, pois a dignidade da pessoa humana está amparada e não poderá ser ofendida, nem mesmo por outro direito fundamental.

---

<sup>114</sup>BRASIL, Constituição(1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988.

<sup>115</sup> BRASIL, Constituição(1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988

<sup>116</sup> *Idem, Ibid.*

No art. 1º, inciso III, da Constituição Federal é evidente a preocupação em proteger a dignidade da pessoa humana.

Nesse diapasão, orienta Maria Helena Diniz:

Os bioeticistas devem ter como paradigma o respeito à dignidade da pessoa humana, e é um fundamento do Estado Democrático de Direito ( CF, art.1º, III ) e pouca cerne de todo o o ordenamento jurídico. Deveras, a pessoa humana e sua dignidade constituem fundamento e fim da sociedade do Estado, sendo o valor que prevalecerá sobre qualquer tipo de avanço científico e tecnológico. Conseqüentemente, não poderão bioética e biodireito admitir conduta que venha a reduzir a pessoa humana à condição de coisa, retirando dela sua dignidade e o direito a uma vida digna.<sup>117</sup>

Em caso de não haver uma proibição legal específica, aplica-se como limite os artigos citados que dispuseram sobre a dignidade da pessoa humana, pois ela está acima de qualquer pesquisa científica.

### 7.3 VIDA E SAÚDE

Além do respeito à dignidade humana, que deverá ser observado temos a vida, a integridade corporal e a saúde.

No que tange à vida diz a Constituição Federal no artigo 5ª, caput:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à dignidade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]”<sup>118</sup>

Sendo a vida uma garantia fundamental, nenhuma atitude que coloque em perigo a vida de alguém, deverá ser aprovada ou tida como lícita. Mesmo que a finalidade seja a pesquisa científica, em busca de novos caminhos que mais tarde possam trazer benefícios.

Maria Helena Diniz leciona:

<sup>117</sup>DINIZ, Maria Helena, **O estado atual do biodireito**. São Paulo, Saraiva, 2006, p19.

<sup>118</sup> BRASIL, Constituição(1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988.

O direito à vida, por ser essencial ao ser humano, condiciona os demais direitos da personalidade. A constituição federal de 1988, em seu artigo 5º, caput, assegura a inviolabilidade do direito à vida, ou seja, a integridade e existencial, ou se correntemente, a vida é um bem jurídico tutelado com direito fundamental básico de as de que a concepção, momento específico, comprovado cientificamente, da formação da pessoa. Se assim é, a vida humana deve ser protegida contra tudo e contra todos, pois é o objeto do direito a personalíssimo. O respeito a ela e aos demais bens ou direitos correlatos decorrem de um dever absoluto erga omnes, por sua própria natureza, ao qual a ninguém é lícito desobedecer. Ainda que não houvesse tutela constitucional ao direito à vida, a que, por ser decorrente de norma de direito natural, é deduzida da natureza do ser humano, legitimaria daria aquela imposição erga omnes, por que e o direito natural é o fundamento do dever-ser, ou melhor, dou o direito positivo, uma vez que se baseia num consenso, cuja expressão máxima é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto concebido pela consciência coletiva da humanidade civilizada.<sup>119</sup>

A vida humana é protegida não só pela Constituição Federal, no Brasil, há outras leis que abordam esse assunto. A exemplo, tem-se o Código Civil, que em seu art. 2º regula: “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com a vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”<sup>120</sup>

É evidente que o direito à vida começa na fecundação e vai até a morte, que não deverá ser provocada, ou ocorrer por negligência de profissionais da medicina que estejam assistindo à pessoa que está sob cuidados médicos.

A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, protege não só a vida humana, mas também a vida animal. Dispõe o art. 6º da Lei:

Fica proibido:

- I - a implementação de projetos relativos à OGM sem a manutenção de registros de seu acompanhamento individual;
- II - engenharia genética em um organismo vivo ou o manejo *in vitro* ADN/ARN o natural ou um recuo brilhante, realizado em desacordo com as normas previstas nessa lei;
- III - engenharia genética em células germinal humana, zigoto humano o embrião humano;
- IV - clonagem humana; [...].<sup>121</sup>

A vida é o bem maior de toda pessoa, por isso quando alguém viola esse direito fundamental, é considerado um criminoso, e tendo como previsão legal o Código Penal, art.

<sup>119</sup> DINIZ, Maria Helena, **O estado atual do biodireito**. São Paulo, Saraiva, 2006, pp. 23-24.

<sup>120</sup> ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum**. São Paulo: Rideel, 2007.

<sup>121</sup> *Idem, Ibid.*

121. Aquele que incorrer neste ato receberá sanção. Não só matar é crime, mas também induzir, instigar ou auxiliar o suicídio, como prevê o art. 122, do mesmo código.

A vida deverá ser respeitada por todos. Garantir uma melhor qualidade de vida é dever do Estado, que tem a obrigação diminuir as diferenças sociais e promover o bem-estar da população.

Quanto à lesão corporal, lê-se no art. 129, do Código Penal: “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”.<sup>122</sup>

## I

Ainda, o mesmo artigo em seu parágrafo 1º deixa claro que ninguém poderá por em risco a vida de outra pessoa, a causar "A debilidade permanente de membro, sentido ou função"; a acelerar parto, deformar ou provocar aborto.<sup>123</sup>

Todos esses requisitos devem ser analisados antes da pesquisa científica. As pesquisas no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Saúde, podem envolver pessoas. A Resolução que aborda esse assunto é a 196/1996.

Para que seja possível o experimento envolvendo pessoas, é preciso o consentimento do envolvido, que ele fará por escrito. Em pesquisas sem autorização do sujeito, objeto desta, mesmo que não haja consequência danosa, se houver violação grave da liberdade do indivíduo, haverá sanção para quem infringiu esse direito.<sup>124</sup>

A Resolução 196/1996 proíbe a remuneração do indivíduo que participa da experimentação científica. Para que as pessoas não fiquem vulneráveis e tentadas a participar das pesquisas por dinheiro.<sup>125</sup>

Ao tratar de saúde, a Constituição Federal evidenciou em seu art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas e que visem à redução do risco de doença e outros agravos os e ao

<sup>122</sup> *Idem, Ibid.*

<sup>123</sup> ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum**. São Paulo: Rideel, 2007

<sup>124</sup> VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética** – Temas Atuais e seus Aspectos Jurídicos. Brasília. Consulex, 2006. p.74.

<sup>125</sup> *Idem, Ibid.* p. 75

acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.<sup>126</sup>

A saúde também é tema discutido em bioética, pois esta visa o bem-estar comum. E seguindo o princípio da justiça, lembre-se da equidade.

O direito à saúde abrange a todos independentes de sua origem, raça, religião, em resumo: sem distinção de qualquer natureza. Como um dever do Estado, este deverá subsidiar recursos para saúde pública de qualidade, pois as novas tecnologias exigem investimentos.

As políticas públicas interessam a bioética, pois é certo, que por meio delas há obtenção de recursos para pesquisas científicas, implementação de hospitais públicos e eu melhoramento na qualidade de vida.

#### 7.4 ABORTO

No Brasil há muitos pesquisadores que lutam pela descriminalização do aborto, indo além dos tipos legais previstos no Código Penal, art. 128, I e II.

O aborto é um dos temas mais polêmicos que entra na discussão bioética. Segundo o Tereza Rodrigues Vieira "Em 2003 o sistema único de saúde realizou 1.888 abortos legais, ao custo de R\$ 231,4 mil. foram realizadas 236.36 intervenções cirúrgicas possa abortos espontâneos ou provocados ao custo de 28,9 milhões."<sup>127</sup>

Observando a transcrição acima, percebe-se que o aborto no Brasil, mesmo sendo ilegal esta se realizando. Ocorrem mais abortos criminosos que legais. E aqueles levam o Estado a um gasto maior que esses.

Considerando que há vida, desde a fecundação do óvulo, o direito do nascituro é garantido em lei. O Código Civil, em seu art. 2º ratifica: "A responsabilidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro".

<sup>126</sup> BRASIL, Constituição(1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988

<sup>127</sup> VIEIRA, Tereza Rodrigues.**Bioética** –Temas Atuais e seus Aspectos Jurídicos.Brasília. Consulex,2006.p. 41

O aborto, no caso constatado de anencefalia, tem sido liberado pelos juízes, que estão embasando suas justificativas nos arts 3º, III; 5º e 196, da Constituição Federal e também, arts 3º e 1.104 no Código de Processo Civil. Sendo necessário: o interesse, a legitimidade e a aprovação do Ministério Público.<sup>128</sup>

Tereza Rodrigues Vieira escreve:

No caso do anencéfalo a morte total ocorrerá em poucas horas ou dias. Não será o aborto e quem a proporcionará. Não se trata de eugenia, por isso já foram autorizados mais de três mil alvarás em todo o Brasil. Em casos de anencefalia, a maioria dos juízes e promotores têm sido favorável à concessão de alvarás após a apresentação dos laudos médicos Certificando a anomalia gravíssima, bem como a incompatibilidade de vida extra-uterina do feto. Já no primeiro mês de embriogênese ocorre um erro de fechamento do tubo neural, provocado pela interação dos motivos ambientais e genéticos. "Não há ossos frontal, parietal e occipital. A face é delimitada pela borda superior das órbitas que contêm globos oculares salientes. O cérebro remanescente encontra-se exposto e o tronco cerebral é deformado". O diagnóstico pode ser obtido por volta da 12ª semana da gestação.<sup>129</sup>

Vê-se que não há legislação específica para tratar do aborto, quando se trata o de fetos com anencefalia, no entanto, no entendimento de alguns juízes isso é possível, fazendo-se a justificativa legal como fora citado anteriormente. É preciso lembrar, portanto, e esse tipo de aborto não poderá ser feito sem autorização judicial.

Na discussão sobre o aborto Maria Helena Diniz se posiciona:

Somos a favor da legalização da vida e não da morte, uma vez que a norma constitucional garante a todos a inviolabilidade do direito à vida, que deverá ser respeitado. Admitir legalmente, nós tempos atuais, que se coloque uma etiqueta num ser humano, decidindo se deve ou não nascer, que se exija perfeição física e mental para viver, que se garanta a gestante o direito de optar entre a vida ou a morte de seu filho ou que se permita que os seres humanos inocentes e indefesos sofram a pena capital, sem um processo legal, seria um retrocesso. Equivaleria a aceitar uma nova e falsa moral, que dá à vida um valor relativo, permitindo a apenas a sobrevivência de seres humanos que satisfaça determinados padrões estéticos, físicos ou intelectuais e atendam aos interesses egoísticos de seus pais.<sup>130</sup>

Para resolver um problema, não se pode desrespeitar a vida humana, principalmente quando se tratar de seres inocentes e indefesos. É necessário à conscientização da população, para que as pessoas assumam os seus atos com responsabilidades.

<sup>128</sup> *Idem, Ibid.* p. 42,52.

<sup>129</sup> VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética** –Temas Atuais e seus Aspectos Jurídicos. Brasília. Consulex, 2006. p. 42.

<sup>130</sup> DINIZ, Maria Helena, **O estado atual do biodireito**. São Paulo, Saraiva, 2006. p. 116.

## 7.5 EUTANÁSIA

A eutanásia segundo José de Souza Fernandes poderá ocorrer de duas formas: a eutanásia ativa e eutanásia passiva. A eutanásia ativa ocorre quando a morte de alguém, que não tem mais chances de sobreviver é provocada, alegando o alívio para o sofrimento da pessoa. A eutanásia passiva (ortotanasia) ocorre por omissão, poderá ser pela suspensão de medicamentos ou por não empregar meios artificiais que prolongue a vida.<sup>131</sup> A eutanásia não é permitida no Brasil, caso seja praticado, o infrator poderá ser acusado de homicídio privilegiado, previsto no código penal, art. 122.

Não só o Código Penal poderá servir de base para que a eutanásia não seja praticada, mas também o Código de Ética Médica do Brasil. Nesse diapasão afirma Tereza Rodrigues Vieira:

No que pertine a matéria, o artigo 66 do Código de Ética Médica do Brasil veda ao médico a utilização, em qualquer caso, de meios destinados a abreviar a vida do paciente, ainda que a a pedido deste ou do seu responsável legal. Este dispositivo não veda a supressão de meios artificiais mantenedores da vida. Em caso de morte encefálica, entendemos que não há que se falar em eutanásia, haja vista que a pessoa já está morta.<sup>132</sup>

Em qualquer discussão envolvendo temas polêmicos e de difícil decisão, deve-se ter em mente que a vida e a dignidade da pessoa humana precisam ser respeitados.

O leitor pode ter contato neste capítulo com alguns temas polêmicos e muito discutidos pela bioética. Quanto a esses assuntos e outros, que também são relevantes para a bioética o Direito deverá participar ativamente dos debates.

Tereza Rodrigues Vieira faz as seguintes considerações:

No que concerne a assuntos relacionados à bioética, os profissionais do direito não possuem conhecimentos suficientes para elaborar leis sem o a discussão do seu

<sup>131</sup>FERNANDES, José de Souza. **Bioética, biodireito e religião no diálogo sobre a eutanásia** – contribuições para o aprofundamento do biodireito a partir do magistério da igreja. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte, Del Rey, 2004, pp.34-35.

<sup>132</sup> VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética** –Temas Atuais e seus Aspectos Jurídicos. Brasília. Consulex, 2006. p p. 34.



conteúdo com as áreas mais afeitas ao tema (ex. saúde). Para se trabalhar com um a bioética, os estudiosos do direito não devem ser legalistas, achando que para tudo deve haver uma lei. As leis elaboradas de afogadilho pecam por serem lacunosas ou por atarem o direito. Este deve ser mutável e a aplicado às mais diversas realidades. A por outro lado, com o célebre progresso das pesquisas, corre-se o risco de já estarem defasadas no momento de sua promulgação.<sup>133</sup>

Mais uma vez, percebe-se a necessidade da interdisciplinaridade na bioética, pois certos temas precisam ser esclarecidos por profissionais específicos de determinadas áreas.

Na falta de leis específicas orienta Tereza Rodrigues Vieira:

Embora não possuam valor legal, muitas resoluções, declarações, diretivas e recomendações servem como parâmetros para aplicação do direito e elaboração de normas jurídicas. Segundo Perelman: "Na prática, um direito só é eficaz se o usufrui um consenso suficiente do meio a que é aplicável. Àqueles que são encarregados de dizer o direito em cada caso particular terão de estender ou de restringir o alcance das regras de modo que se evitem soluções desarrazoadas, chocantes para os usuários, sejam porque injustas demais, seja por que e mal adaptadas à situação." sucede que uma análise feita por profissionais com conhecimentos apenas na área jurídica não será capaz de elaborar normas e que determinem A licitude dos procedimentos ou modelos concernentes a bioética.<sup>134</sup>

Mas nem sempre é possível a aplicação por analogia, como ainda salienta Tereza Rodrigues Vieira:

Algumas questões do campo da bioética tem sido resolvidas aplicando-se a analogia e os princípios gerais do direito. Contudo, no tocante à área criminal isto se torna mais difícil, pois para que haja uma sanção a conduta deverá estar normas exigíveis judicialmente, caso não cumpridas. Infelizmente, deve haver meios coercitivos para controlar o comportamento desviante. No dizer de no Souza: "Para que possa resultar aplicável na vida diária, a bioética necessita mais do que meras formulações morais-concreções jurídicas no contexto social em que atua. Exige, nesta hora de graves conflitos, enlaçar-se estritamente com o direito. A bioética deve, portanto, deslizar-se sobre o tecido jurídico-fazendo-se normas - para aplicar-se à realidade concreta".<sup>135</sup>

Entende-se que mesmo quando não houver legislação específica em torno dos problemas específicos, o juiz na sua atribuição terá que dizer o direito. Procurando sempre decidir pelo que é justo, não esquecendo a e fundamentar sua decisão, para que esta não apresente características subjetivas.

Neste capítulo ficou evidente o quanto o Direito é importante para as reflexões bioéticas. Mas, assim como a bioética não é uma exclusividade biomédica, os juristas não a podem tomar para si. Também não poderão recusar a troca de conhecimento com as demais

<sup>133</sup> *Idem, Ibid.* p. 11.

<sup>134</sup> VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética** –Temas Atuais e seus Aspectos Jurídicos. Brasília. Consulex, 2006. p. 21

<sup>135</sup> *Idem, Ibid.* p. 23.

disciplinas implicadas, como se pudessem decidir tudo apenas com o conhecimento que já possuem, principalmente quando se tratar da elaboração de novas normas legais. Lembrando que estas recairão sobre a sociedade, que tem o compromisso de não infringi-las, sob pena de sanção.

## CONCLUSÃO

Como pôde ser percebido no desenvolvimento deste trabalho, a bioética é considerada pelos estudiosos como uma disciplina em fase de formação, por isso o assunto é novo no campo acadêmico.

A bioética é uma nova forma de abordar assuntos remotos sobre uma nova visão e os atuais e polêmicos que surgiram da evolução da ciência e da tecnologia empregadas no campo das ciências biomédicas, envolvendo em suas pesquisas os seres humanos.

As decisões bioéticas não são tomadas apenas por bioeticistas, pois a bioética abre o diálogo com as demais disciplinas, a fim de obter um melhor resultado, afinal, lida com questões muito complexas principalmente quando envolve seres humanos, sua dignidade como pessoa, nascimento, vida e morte.

A bioética é multidisciplinar e interdisciplinar e procura promover o bem-estar do homem, sua qualidade de vida e a harmonia com a natureza. As descobertas científicas e

tecnológicas são cada vez mais evidentes e aquilo que parecia impossível, há poucas décadas atrás, hoje já é uma realidade. Isso mostra o domínio das ciências da pesquisa sobre as demais.

Há de se ter cuidado para que essas não sucumbam à bioética, para obterem todos os seus objetivos, pois nem sempre eles corresponderão aos anseios da sociedade. A ciência também deverá se empenhar em práticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas.

A bioética ainda pode ser vista como uma proteção e valorização da pessoa humana, em meio a tantos conflitos, dos quais ela não conseguiria se sobressair sozinha.

Pela importância que encerra, a bioética deveria ser mais discutida no meio acadêmico, independente de ter uma disciplina específica para tal. Reconhecer a importância da bioética na atualidade e participar ativamente em suas discussões. É um exemplo de cidadania.

## REFERÊNCIAS

AGNOL, Darlei Dall'. **Bioética**: princípios morais e aplicações. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum** São Paulo: Rideel, 2007

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BRASIL, Constituição(1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988

D' AGOSTINO, Francesco. **Bioética segundo o enfoque da filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

DINIZ, Débora. GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Maria Helena, **O estado atual do biodireito**. São Paulo, Saraiva, 2006

DURAND Guy. **Introdução geral a bioética** – história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola. 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FILHO, Sérgio Cavalieri. **Programa de sociologia jurídica**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **Bioética a serviço da vida** – uma abordagem multidisciplinar. Aparecida/SP: Santuário, 2004.

GOLDIM, José Roberto apud SOUZA, Valdemarina B. Azevedo. **Bioética: origens e complexidades**. HCPA, Porto Alegre, 26.02.2006. Disponível em: [www.ufrgs.br/complex.pdf](http://www.ufrgs.br/complex.pdf). Acesso em: 10 ago. 2007.

IBGE, fonte tabela 2102-**População residente por situação do domicílio, religião e sexo**, censo 2000, IBGE. Disponível em [sidra.ibge.gov.br](http://sidra.ibge.gov.br). Acesso em 30-08-2007.

ISTO É, São Paulo:Três, nº 1976, 12 de Setembro de 2007

LONTRA, Hilda Orquídea Hartmann. **A importância da contextualização e da interdisciplinaridade no currículo do ensino médio**. Governo de Rondônia: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, 2003.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de (coords.). **Bioética, biodireito e o novo código civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

NOGUEIRA, João Rui Duarte Farias. **O homem, a ciência e bioética**. Disponível em: [www.ipv.pt/millennium/millennium30/02pdf](http://www.ipv.pt/millennium/millennium30/02pdf).

WALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VIEIRA, Tereza Rodrigues.**Bioética** –Temas Atuais e seus Aspectos Jurídicos.Brasília. Consulex,2006